

## AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail [recursoscontínuos@dirbi.ufu.br](mailto:recursoscontínuos@dirbi.ufu.br).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA

**O PROJETO DA BURGUESIA NACIONAL  
E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS  
TRABALHADORES NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
Instituto de História e Pesquisa em  
Arqueologia e Patrimônio Histórico  
Rua João Górgio Mineirão  
13050-900  
Uberlândia - MG - Brasil

COCHU/UFU  
Correspondência Recebida  
em 15/07/05  
*J. Batista*

MANOEL ALEXANDRE DA SILVA

31225.9  
(c)

MANOEL ALEXANDRE DA SILVA

**O PROJETO DA BURGUESIA NACIONAL  
E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS  
TRABALHADORES NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato.

Uberlândia, junho de 2005

MANOEL ALEXANDRE DA SILVA

**O PROJETO DA BURGUESIA NACIONAL  
E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS TRABALHADORES NA  
PRIMEIRA REPÚBLICA**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Dra Christina da Silva Roquette Lopreato

---

Prof Dr Antônio de Almeida

---

Prof<sup>a</sup> Ms Cristiane da Silveira

Agradeço a Profª Drª Kátia Paranhos, Profª Ms. Kátia Eliane Barbosa, aos funcionários da Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia e, em especial, à orientadora deste trabalho, a Profª Drª Christina da Silva Roquette Lopreato.

# SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO** .....p. 06

## **CAPÍTULO I**

Implantando o capitalismo no Brasil – conhecendo o terreno .....p. 10

## **CAPÍTULO II**

Saem de cena os senhores, entram os patrões – Preparando o terreno ...p. 20

## **CAPÍTULO III**

A mobilização burguesa face as demandas dos trabalhadores .....p. 31

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** .....p. 50

Referência bibliográfica .....p. 53

## RESUMO

Esta monografia, intitulada “O projeto da Burguesia Nacional e suas implicações para os trabalhadores da Primeira República”, tem como objetivo principal levantar as mobilizações da Burguesia Nacional frente às demandas dos trabalhadores no Brasil, durante o período compreendido entre os anos de 1889 a 1930.

Durante a Primeira República, verifica-se no Brasil uma crescente industrialização, e com esta toda as suas conseqüências, como a formação de um mercado de mão-de-obra livre, a adoção do trabalho assalariado e, principalmente, o surgimento de duas classes sociais antagônicas e complementares; os burgueses e os proletários.

A relação entre estas duas classes sociais é constituída por uma disputa sobre o controle do processo de produção, e para manter-se com vantagem nesta luta a burguesia utiliza-se de inúmeras estratégias. O objetivo deste trabalho é levantar e discutir quais são as táticas, as formas de luta, as mobilizações, enfim, o que fazem os burgueses para manterem-se no poder, subjugando a classe trabalhadora aos seus mandos e desmandos.

## INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista visa tornar-se uma construção hegemônica, através de estratégias concretas no plano econômico, político, jurídico, entre outros. Busca também construir novos significados em uma dimensão cultural, subjetiva, que lhe sirva como estratégia para consolidar-se como única opção sensata para a realidade, gerando, assim, por exemplo, o fatalismo neoliberal.

A dominação burguesa não poderia situar-se apenas na esfera da coação física. Os burgueses também criaram condições para o domínio moral e jurídico dos trabalhadores, sendo que, por exemplo, assim como os avanços tecnológicos, as técnicas de dominação que obrigatoriamente passam pela esfera jurídica, não emergem unicamente como consequência da busca contínua dos “Homens de Negócios” para aumentar a produtividade do trabalho, mas também como produto da disputa travada diuturnamente onde quer que haja inter-relação entre empregador e empregado pelo controle do processo de trabalho.

Como forma de iniciar a apresentação deste trabalho para conclusão do curso de Graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia, farei a exposição do tema a ser tratado, que é o “Projeto da Burguesia Nacional e suas implicações para os trabalhadores na Primeira República”.

Para dar forma a esta monografia, será necessário, em um primeiro momento, caracterizar de forma sucinta como o modo de produção capitalista desenvolveu-se no país, abarcando também o cenário político e social que o capitalismo encontrou após a segunda metade séculos XIX, que está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da economia cafeeira no Brasil, através da constituição de uma economia de caráter nacional, estabelecendo relações e interações com o capitalismo internacional. Os conceitos e formas de abordagem que irão sustentar teoricamente a análise serão apanhados principalmente nas obras de: Nicolau Sevcenko “*O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*”<sup>1</sup>; E. P. Thompson, intitulado “*O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo*”<sup>2</sup>; Iraci Galvão Salles, “*Trabalho, progresso e*

---

<sup>1</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. IN: NOVAIS, Fernando (org.) *História da vida privada no Brasil*. SP: Cia das Letras, 1993. v. 3

<sup>2</sup> THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo. In: *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991

*sociedade civilizada*<sup>III</sup>; bem como a obra de Lúcio Kowarick, *Trabalho e Vadiagem*<sup>IV</sup>; e três obras de Edgard De Decca, que são *Ciência da produção: fábrica despolitizada*, *O nascimento das fábricas* e *Trabalho e sociedade*<sup>V</sup>. Boris Fausto com sua obra *Trabalho urbano e conflito social*<sup>VI</sup> e Michael Hall com seu artigo *Trabalhadores imigrantes*<sup>VII</sup>. Estes trabalhos fornecerão a base para o entendimento das questões propostas.

Em um segundo momento, trataremos da constituição da Burguesia Nacional; seus integrantes, seus interesses, os ideais que defendiam,.... Enfim, quais foram os motivos para que os “Homens de Negócios”, entre os anos de 1889 a 1930, unissem as forças para lançar sobre o Brasil seus projetos de mudança na sociedade, mais marcadamente na relação entre burgueses e trabalhadores, para o controle do processo produtivo. Nesse sentido, embasaremos a análise no trabalho de Antonio Carlos Mazzeo, *Burguesia e capitalismo no Brasil*<sup>VIII</sup>; em Jacob Gorender, *A Burguesia Nacional*<sup>IX</sup>; além dos livros já citados da Prof<sup>a</sup> Iraci Salles Galvão e na obra do sociólogo Lúcio Kowarick. Estas obras servirão de base para a análise das manobras da burguesia na tentativa de consolidação de seu projeto econômico, político, social e cultural, com todas as suas conseqüências, a exemplo do tratamento destinado ao “elemento nacional”, que é o trabalhador livre e despossuído de meios de subsistência.

Já na terceira e última parte adentrarei no cerne deste trabalho que foram as movimentações da Burguesia Nacional, no sentido de adaptar o contrato de trabalho à nova realidade existente, ou seja, ao trabalhador livre, bem como as tentativas de manutenção do controle do processo de produção, visando assim alcançar sempre maiores lucros e uma análise da “Legislação” trabalhista até então existente. Para tal recorrerei aos trabalhos de Tânia Regina de Luca, *Industria e Trabalho na História do*

III SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e sociedade civilizada*. São Paulo: HUCITEC/INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

IV KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

V DE DECCA, Edgard. *Ciência da produção: fábrica despolitizada*. In: *Revista Brasileira de História*, nº 6, 1984.

VI FAUSTO, Boris. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção tudo é História, 9ª Edição, 1993.

VII HALL, Michael. *Trabalhadores imigrantes*. (mimeo)

VIII FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. SP: Edusp, 1994

IX GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira (1890-1920)*. São Paulo: DIFEL, 1977.

X HALL, Michael. *Trabalhadores imigrantes*. In: *Revista Trabalhadores*. Publicação mensal do fundo de Assistência à Cultura. Campinas nº 3

XI MAZZEO, A. C. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. Ática, SP, 1988

XII GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. Brasiliensc, 1986, SP

Brasil”<sup>X</sup>; a Jaime Pinsky e seu artigo “*A formação do Estado Nacional no Brasil: Origens do problema*”<sup>XI</sup>, a Ângela Maria de Castro Gomes e seu livro “*Burguesia e trabalho – Política e legislação social no Brasil 1917-1937*”<sup>XII</sup>. Também serão utilizados os livros “*A legislação trabalhista no Brasil*”<sup>XIII</sup>, de Kazumi Munakata; e “*A revolução e 1930*”<sup>XIV</sup>, de Boris Fausto.

Os objetivos deste trabalho são frutos de inquietações pessoais e tem como proposta elaborar um guia de questionamento das fontes que serão utilizadas, pois pretendo levantar as seguintes questões: Quais foram as medidas tomadas pelos capitalistas para submeterem os trabalhadores ao seu modo de trabalho após a abolição da escravidão? Onde desembocaram as mudanças estruturais no modo de produção capitalista? (capitalismo fabril, quais as mudanças ocorridas no sistema? Qual a evolução sofrida?) Quais as formas e métodos do controle no processo de produção por parte dos proprietários com o advento do sistema capitalista de produção no Brasil? Pontuar quais os efeitos sobre os trabalhadores brasileiros, em sua concepção de existência e do relacionamento com os interesses dos capitalistas, diante da introdução de novas formas organizacionais, promovidas pelos detentores do capital no Brasil pós-abolição e, como estas atitudes burguesas influenciaram na formação da classe trabalhadora brasileira.

Enfim, estas são algumas das questões colocadas e que serão respondidas ao longo deste trabalho que demonstrará a movimentação burguesa para definir o movimento operário brasileiro, já em seu nascedouro.

Esta monografia restringe-se a uma análise exclusivamente bibliográfica, onde concentrarei atenção no estudo de obras relevantes para o tema proposto.

Em “*Adeus ao Proletariado*”, André Gorz argumenta que, ao esvaziar o conteúdo do trabalho, a tecnologia destruiu a consciência que o proletariado deveria ter de sua soberania criadora. Assim como ocorreu com a criatividade operária, com o advento da legislação trabalhista o potencial de negociação dos trabalhadores foi estrangulado. É por este caminho que desenvolverei este tema, buscando demonstrar

---

<sup>X</sup> LUCA, Tânia Regina de. *Indústria e trabalho na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

<sup>XI</sup> PINSKY, Jaime. *A formação do Estado Nacional no Brasil: origens do problema*, In: *Estado e burguesia nacional na América Latina*. SP: Ed da Unicamp, 1981

<sup>XII</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

<sup>XIII</sup> MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>XIV</sup> FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930. História e Historiografia*. SP. Brasiliense, 1982.

tanto as influências como as conseqüências que a regulamentação da atividade produtiva teve na formação da classe trabalhadora no Brasil.

Os problemas levantados e analisados neste trabalho inserem-se dentro de uma problemática atual que é a de que a noção de experiência da classe operária é formada a partir de sua vivência, por suas representações e por suas identidades, pelos vínculos com as relações materiais e de valores, com as quais nos relacionamos durante toda a vida. Podemos compreender que os movimentos sociais, assim como qualquer reação dos trabalhadores, estão ligados diretamente às suas vivências e não são respostas automatizadas diante dos acontecimentos. Isto remete à questão do peso que a outorga da Consolidação das Leis Trabalhistas teve para a formação e controle da classe trabalhadora no Brasil, seus reflexos, e como a proposta de extinção da Legislação Trabalhista poderá fragilizar ainda mais os trabalhadores no Brasil.

A importância deste trabalho reside no fato de podermos traçar um paralelo entre a “criação” da Legislação Trabalhista no Brasil e a proposta do Governo de FHC de substituir a Consolidação das Leis Trabalhistas por um único artigo que viesse a regulamentar a relação entre empregados e empregadores. Outro ponto importante é perceber quais foram as conseqüências da adoção para a classe trabalhadora brasileira desta legislação e se tal adoção foi benéfica ou não, no sentido da luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho.

# CAPÍTULO I

## IMPLANTANDO O CAPITALISMO NO BRASIL – CONHECENDO O TERRENO

“O lugar que o Brasil ocupou no sistema mundial do imperialismo foi predeterminado por toda a marcha precedente de seu desenvolvimento sócio-econômico e político. A dependência comercial e financeira do Brasil à Inglaterra, a estrutura atrasada da economia nacional, o caráter agrário e de matéria-prima da produção interna, a total dependência do mercado mundial, a existência de sérias sobrevivências pré-capitalistas na agricultura, o domínio da grande propriedade latifundiária da terra, a estreiteza do mercado interno, isto é, todos os vícios que distinguiam o Brasil no século XIX – com o início da época do imperialismo, manifestaram-se com especial força” (Boris Koval)

Para discorrer sobre a caracterização e desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil faz-se necessário um recuo histórico e uma extrapolação das fronteiras geográficas, localizando o ponto de partida na segunda metade do Séc XIX, mais precisamente sobre a 2ª Fase da Revolução Industrial, a Revolução Técnico-Científica.

Este acontecimento foi um marco, pois não só lançou as bases para uma melhoria quantitativa da produção, como também a alavancou qualitativamente. O que proporcionou tal impulso foi o uso de novas técnicas e métodos na produção e, principalmente, o advento de novas e melhores fontes de energia, como por exemplo, na Inglaterra, o uso do carvão mineral. Desta forma, surgiu o que posso chamar de produção em massa.<sup>1</sup>

Com o aumento da produção surge a necessidade para o capitalismo industrial de, entre outras coisas, captar matéria-prima e conquistar novos mercados consumidores. Ligado a esta mudança na produção, surge o capitalismo industrial e o Imperialismo, ou Neocolonialismo. O mercado europeu se encontra ávido para conseguir dar vazão à sua produção e conseguir matérias de qualidade e com bom preço, que tanto seu parque industrial necessitava. Neste momento histórico (segunda metade dos oitocentos) em que a escalada da produção exigia a abertura de mercado consumidor e abastecimento das indústrias, os países industrializados, com sua política eurocentrista, baseada em novas teorias para o surgimento do Homem, darwinismo social, e imbuídos de ideais monopolistas avassaladores, marcharam imponentes sobre as economias periféricas, ocasionando, a exemplo, a partilha da África e a

---

<sup>1</sup> Nesse sentido consultar o trabalho de SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. IN: NOVAIS, Fernando (org.) *História da vida privada no Brasil*. SP: Cia das Letras, 1993. v. 3 pp. 8-11

desestabilização das bases do Império brasileiro, abrindo em definitivo o caminho para a modernização do país, levadas a cabo por uma geração, que “*entrou em cena uma nova elite de jovens intelectuais, artistas, políticos e militares, a chamada ‘geração de 70’, comprometida com uma plataforma de modernização e atualização das estruturas ‘ossificadas’ do Império*” (SEVCENKO, 1993, P.14). Esta geração “70” possuía seu alicerce econômico calcado nas plantações de café, e tinha como esteio intelectual o liberalismo, o positivismo e as diretrizes científicas e técnicas procedentes da Europa.<sup>2</sup>

Em linhas gerais, foi neste cenário mundial que, em 1889 “nasce” no Brasil, uma república, que herda do período monárquico chagas atávicas e grandes óbices que marcarão todo o período da Primeira República, influenciando nossas vidas até os dias atuais.

Proclamada a República (1889), os primeiros governantes do Brasil foram militares (1889-1894). Após o domínio dos militares, verifica-se uma constante movimentação política e oligárquica na disputa pelo poder. Este período é marcado por tensões, nos mais diversos campos, pois o país, influenciado por ideais franceses e depois americanos, estava “embarcando no bonde da história”, queria acompanhar a “maioridade” de outros países, sem antes conquistar a sua própria. Ou seja, em 1870, o Brasil estava em crise, as instituições imperiais estavam em decadência, novas elites começavam a se formar, fundando um novo partido político, o PRP, Partido Republicano Paulista, representando os interesses<sup>3</sup> de uma nova elite ligada ao café, que começa a dar as bases de um novo ideal de Brasil, moderno e sintonizado com o resto do mundo.

Na conflituosa passagem do século XIX para o XX no Brasil, o norte ideológico da sociedade, ou melhor, dos intelectuais e das elites que a pensavam, se baseava em ideais liberais. Esta presença nota-se latente na primeira constituição da República, em que ocorreu uma laicização do Estado e uma certa “diminuição” deste. Atrelado a isto, estavam as garantias de direitos individuais, a imposição do regime presidencialista e a organização dos Três Poderes. “*O texto constitucional consagrou o direito dos*

---

<sup>2</sup> Ibidem, pp. 13-14

<sup>3</sup> A respeito dos interesses da elite que formou o PRP exponho o seguinte trecho: “*Essa ação conjunta da fração da classe dominante dar-se-á através da organização do Partido Republicano Paulista, que segundo Campos Salles soube através da “coesão e disciplina” desenvolver uma ação em que “todos seus membros agiam sob as mesmas influências, pertenciam quase todos ao mesmo meio social, neles predominavam as mesmas disposições de espírito e os mesmos sentimentos”.* Fica claro no texto que a fração da classe tinha no PRP o seu veículo de luta política com interesses comuns a ser defendidos”. (SALLES, 1986, pág 40-1)

*brasileiros e estrangeiros residentes no país à liberdade, à segurança individual e à propriedade. Extinguiu a pena de morte, aliás raramente aplicada no Império.”* (FAUSTO, 1994, 251)

Respirando os ares soprados da França e vislumbrando o novo mundo construído pelo capitalismo, as elites nacionais formularam um projeto modernizador para a sociedade. Neste projeto, tudo aquilo que era ligado ao sistema anteriormente vigente, a monarquia, teria que ser apagado da memória nacional. Onde foram parar os negros? Os movimentos sociais, rurais e urbanos, que não abarcavam estas rápidas transformações? Destes, o sistema disciplinador do Estado encarregou-se. Tal modernização trouxe muitas transformações: os hábitos e modos da população diversificaram-se, e as paisagens urbanas foram modificadas.

Com base econômica agrária, os maiores expoentes de riqueza no país estavam ligados a este setor, igualmente influenciados pelas idéias “modernizadoras” da sociedade. Foram em suas propriedades que ocorreu a substituição do escravo negro, pelo trabalhador branco, europeu e “civilizado”, principalmente nas lavouras de café do novo oeste paulista<sup>4</sup>. Com a economia agro-exportadora e o implemento do trabalho imigrante livre, ocorreu a formação de um mercado interno e a possibilidade de maiores lucros por parte dos cafeicultores. Este segundo item deve-se à formação de um exército de mão-de-obra excedente<sup>5</sup>, conseguida graças a enormes levas de imigrantes trazidos para o Brasil, forçando o achatamento de salários e proporcionando aos patrões uma posição privilegiada para negociações:

*A ascensão desse “homens novos”, como eram chamados os grupos arrivistas, coincidiu ademais com a Abolição (1888) e a desmobilização de enormes contingentes de escravos no Sudeste, em paralelo com a vultosa imigração estrangeira, alterando os quadros hierárquicos e de valores da sociedade, na medida mesma em que se consolidavam as práticas do trabalho assalariado e da constituição de um mercado interno mais dinâmico. (SEVCENKO, 1993, 17)*

A economia da época sofreu profundas e contínuas crises, herdando uma dívida externa da monarquia, sofrendo especulações de toda a natureza, sendo sujeita a

---

<sup>4</sup> Sobre a temática dos “imigrantes” indico a obra de HALL, Michael. Trabalhadores imigrantes. In: *Revista Trabalhadores*. Publicação mensal do fundo de Assistência à Cultura, Campinas, nº 3, s/d. E o livro de KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem – a origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª Edição. RJ, Ed Paz e Terra, 1994, principalmente o Cap. IV.

<sup>5</sup> Para a análise da formação de um exército reserva de mão-de-obra e suas conseqüências indico a obra de THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo. In: *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p. 286

sofríveis planos de recuperação econômica, declínio das exportações cafeeiras, padecendo com gastos elevados relativos ao exército, entre outros. E, se não bastasse, a economia brasileira “sujeitou-se” às articulações da burguesia cafeeira, que colocava seu produto acima de qualquer coisa. Vale lembrar do acordo de Taubaté<sup>6</sup>(1906), onde os cafeicultores contraíram um volumoso empréstimo para comprarem os excedentes de sua produção e conseguirem alcançar a desvalorização da moeda, objetivando o retorno do café ao mercado externo.

Tais acontecimentos econômicos estavam ligados a uma política altamente oligárquica e excludente, onde os ideais a serem defendidos eram do eixo Minas-São Paulo, alijando do processo político tanto quanto do econômico, outros centros menos expressivos do país.<sup>7</sup>

Creio que não restam dúvidas de que as fábricas surgiram no país devido ao café, porém não há consenso em falar que em decorrência da alta do café tem-se a possibilidade do investimento na indústria, ou se é devido a queda do café que temos a impulsão industrial e, ainda, o real motivo que fizeram os cafeicultores investirem na indústria. No entanto, a lucratividade das indústrias atraía os investimentos devido ao fato de estar atrelada aos baixos salários, pequenas aplicações financeiras e a baixa tecnologia. O que posso escrever com certa segurança é que, devido a acumulação de capital decorrente do cultivo de café, formou-se o complexo cafeeiro, que abrangia a produção, beneficiamento, transporte, atividade bancária e investimento em ferrovias e portos. Estas atividades ligadas diretamente às plantações de café possibilitaram o surgimento da indústria, pois não só o capital oriundo dos cafezais foi reinvestido na compra de maquinaria, como inicialmente os braços que trabalharam nas indústrias foram procedentes da imigração, que, por sua vez, estava intrinsecamente atrelada ao cultivo do café, bem como parte dos primeiros industriais brasileiros eram fazendeiros<sup>8</sup>.

O processo de industrialização brasileira é diferente do modelo europeu ou americano, primeiro por suas bases históricas, onde destaca-se uma economia agroexportadora e o momento em que ele foi iniciado, quando o capitalismo, a nível

---

<sup>6</sup> No que tange a política de valorização do café, aponto o trabalho de FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. SP: Edusp, 1994, pp. 265-8.

<sup>7</sup> *Ibidem*, a partir da página 270.

<sup>8</sup> Sobre o discorrido neste parágrafo proponho o trabalho de FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 13-16.

mundial encontra-se em sua fase monopolista. Depois, temos que a Fábrica<sup>9</sup>, sob a perspectiva de De Decca (1984), não é um desdobramento dos processos de desenvolvimento capitalista e, sim um local “civilizador” da sociedade, ou seja, para a sociedade brasileira ingressar na modernidade é necessário que seja através da Fábrica, tratando-se de um ponto que delimita a sociedade atrasada e arcaica com o Brasil moderno<sup>10</sup>. Será nas fábricas que a população será doutrinação e explorada, primeiro por práticas espoliativas visíveis; em um segundo momento por ações politicamente mais viáveis e lucrativamente melhores<sup>11</sup>, pois os salários eram baixos, não havia investimento e as técnicas utilizadas eram, de certa forma, simples, tanto que era comum o emprego de crianças e mulheres. Temos ainda uma acentuada parcialização do trabalho, onde o operário era cada vez mais despolitizado, acarretando um enfraquecimento das ações trabalhadoras e sindicais. A forte repressão por parte do Estado aliado às elites foram constantes nesta época (Na Primeira República, principalmente nos anos de 1920). A indústria brasileira ficou atrelada ao café até a segunda metade dos anos 50, onde passou a desenvolver-se em direção a outras áreas, como exemplo, a siderurgia, acarretando assim com um certo distanciamento do capital cafeeiro.

A industrialização tem a Fábrica como um local estratégico para a organização cultural do país, quando as indústrias estão prontas elas impõem um novo saber para a sociedade como um todo. A Fábrica surge como ideal civilizatório, pois é necessário “modernizar” o país, principalmente por que, no caso brasileiro, o Taylorismo<sup>12</sup>, que já estava desenvolvido nos países centrais do capitalismo, chegou ao Brasil de certa forma consolidado e contribuindo consideravelmente como forma de estratégia política para destruir a organização do processo de trabalho por parte dos trabalhadores:

---

<sup>9</sup> A partir deste momento irei referir-me às “Fábricas”, com iniciais em maiúsculo, pois parto do princípio que os locais onde se concentra a produção não são apenas espaços em que um determinado produto é transformado em mercadoria, mas sim um lócus onde gravitam e confluem diversos interesses, principalmente a luta pelo controle no processo de produção entre empregadores e empregados, que ao longo do trabalho serão colocados ao leitor.

<sup>10</sup> O tema da industrialização, conforme entende De Decca, reúne vários métodos de organização da cultura de uma certa sociedade, que passa a conviver compulsoriamente com as Fábricas. Nesta direção encontraremos subsídio no trabalho de DE DECCA, Edgard. Ciência da produção: fábrica despolitizada. In: *Revista Brasileira de História*, nº 6, 1984, p. 48.

<sup>11</sup> Concordando com a análise de De Decca, acredito que o sucesso do projeto capitalista no Brasil reside na “produção de um saber especializado”, tanto quanto “em mecanismos de coerção que atuam diretamente sobre organização da vida e do trabalho na sociedade”. Ibidem.

<sup>12</sup> A respeito do tema Taylorismo, indico as obras de RAGO, Luzia M. & Moreira, Eduardo F. P. *O que é Taylorismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984. E TAYLOR, F. W. *Princípios da administração científica*. SP: Atlas, 3ª Ed. 1976.

*Nessa medida, entendo que a formulação do tema da industrialização numa dada sociedade e a subsequente organização de um campo cultural e repressivo longe de serem resultados do desenvolvimento de forças produtivas, representam os motivos cotidianos de uma luta e de um conflito que a própria fábrica institui, tanto dentro como fora dela. (DE DECCA, 1984.pág. 48)*

No Brasil, da década de 1910, o processo de industrialização ainda era incipiente, pois possuía uma estrutura ainda precária. A partir de 1919, começam projeções de mecanismos para a dependência da classe trabalhadora (esta argumentação será desenvolvida no terceiro capítulo), marcadamente em investimento em tecnologia, maior controle do processo de trabalho e uma progressiva desqualificação do trabalhador. A industrialização ganha força na década de 20, visto que há uma maior racionalização e sociabilização do trabalho, a questão operária que ganhou o estatuto de questão social, a partir da Greve Geral de 1917, passa a ser pensada como uma questão técnica no sentido de que a Fábrica vai interferir na vida urbana, nas paisagens e até mesmo no cotidiano das pessoas. A Fábrica cria um universo em torno de si:

*A fábrica deve o seu sucesso aos inúmeros agentes sociais que participaram na elaboração de um domínio cultural - onde o tema da industrialização tem seu lugar privilegiado - e de um aparato de coerção que atua cotidianamente sobre o trabalhador dentro e fora da fábrica. (DE DECCA, 1984.pág. 49)*

De acordo com De Decca, a industrialização começou a ser mais efetiva no Brasil a partir dos anos 20, tendo o governo se adaptado aos pressupostos da sociedade industrial, tendo “a fábrica como ponto de partida incontestável da organização e da segurança da sociedade” (DE DECCA, 1984, p. 70). Na segunda década do século XX no Brasil, o “espírito” da industrialização buscava abarcar todos os setores da sociedade, com o objetivo de favorecer a organização do processo de trabalho nas mãos dos industriais, pois o avanço da Fábrica não ocorria apenas no terreno físico onde eram produzidos e fabricados bens de consumo. Este progresso do modo de produção capitalista dependia também do alcance social e cultural que as propostas de uma sociedade que gravitava em torno da Fábrica pudessem conquistar os indivíduos. (De Decca, 1984, pp. 70-71)

A classe operária que surge com as Fábricas passa a ser vista como classe perigosa, tendo que ser esquadrihada, vigiada, pois precisa ser controlada, sendo necessário conhecer para controlar, principalmente após as manifestações ocorridas entre os anos de 1917 e 1920, que forçaram a criação de uma gama de estratégias para o

enfraquecimento e controle dos operários pelos patrões, sendo assim necessário a criação de inúmeros mecanismos que possibilitassem tal domínio<sup>13</sup>, visto que não existia uma unidade de pensamento entre os industriais até os anos 20, que se organizaram após as mobilizações dos trabalhadores. Nesse sentido, a mobilização do patronato também ocorreu devido ao fato de se fazer necessário estudar o comportamento do operário fora dos locais de trabalho, o seu lar, seus valores, o lazer, entre tantos outros pontos, para conseguir melhor cercá-lo de influências, e assim controlar o processo de produção:

*Os objetivos da formação do CIFTESP (Confederação das Indústrias de Fiação de Tecidos do Estado de São Paulo), à semelhança dos organismos surgidos na Alemanha pré 1914, eram explicitamente políticos. Visava antes de tudo dar apoio político a todas as medidas desencadeadas pelos patrões para quebrar a resistência dos trabalhadores no interior do processo de trabalho. (DE DECCA, 1984, págs. 77-78)*

Como parte do modelo “civilizatório” brasileiro, que data do final do período monárquico, se estende por toda a Primeira República e chega a ecoar até os anos 50, temos o surgimento, em grande escala, das Fábricas no cenário nacional, principalmente no Rio de Janeiro, capital do país à época, e São Paulo maior expoente da cafeicultura que, teve a industrialização intimamente ligada às lavouras de café. E, tanto para operar as máquinas nas indústrias como para colher o café há a necessidade de braços. Partindo desta “carência” de “bens” necessários para o serviço, os interesses das elites juntamente com as pressões internas e externas delinearão o campo de atuação, onde iria ocorrer a abolição dos escravos, a entrada em massa de imigrantes no país, a formação de um mercado interno, a constituição de um exército de mão-de-obra de reserva. Originou-se, assim, o trabalho livre no Brasil, com a marginalização do elemento nacional para o processo de produção em uma primeira etapa:

*É no bojo desse processo de reprodução e ampliação do capital em nível internacional e nacional que se desloca a extinção do tráfico negreiro a partir de 1850. A classe dominante foi pressionada a buscar uma alternativa para a utilização da força de trabalho que permitisse a continuidade da expansão da*

---

<sup>13</sup> Sugiro retomar a análise das obras já citadas que abordam o temática do Taylorismo (Nota de rodapé nº 8), bem como perceber que com o incremento da maquinaria, a intensificação da divisão do trabalho, a inserção do Taylorismo em toda a sociedade. Chegamos a conclusão de que o trabalhador é submetido a uma vigilância e disciplina mais severas, ocasionando assim em uma perda mais acentuada do controle do processo de trabalho por parte do trabalhador. Nesse aspecto, indico DE DECCA, Edgard. Ciência da produção: fábrica despolitizada. IN: *Revista Brasileira de História*, nº 6, 1984, p. 74)

Segundo Michael Hall, em seu trabalho “Os Imigrantes”, que, diga-se de passagem, é uma importante referência para se repensar a questão do imigrante, a imigração tornou possível a abolição. Em 1887, já havia no país mais imigrantes do que escravos, desmistificando, assim, a falta de mão-de-obra, pois grande parte dos trabalhadores livres não queria submeter-se às condições trabalhistas colocadas, que eram das mais insalubres possíveis.<sup>14</sup>

Diante desta dificuldade, os fazendeiros do café paulista adotaram outra medida de coação junto aos trabalhadores, mostrando todo o seu poder de mando e influência sobre o Estado. Este passou a intervir diretamente sobre a entrada de trabalhadores estrangeiros, via imigração subsidiada, logo e sucessivamente grandes levas de estrangeiros, principalmente italianos, adentraram no Brasil formando, juntamente com os elementos nacionais já existentes, uma grande reserva de mão-de-obra, que forçavam assim o achatamento de salários e a sujeição dos trabalhadores diante das imposições patronais:

*Há que se considerar que nos limites da sociedade brasileira, habituada à relação social entre o senhor e o escravo, tornava-se extremamente difícil o aparecimento de um trabalhador que considerasse, de modo positivo, o ato produtivo como condição da liberdade. Daí a opção imigrante vista ter sido definitiva quando tornou-se impositivo substituir o escravo e criar um mercado de mão de obra livre. As dificuldades impostas ao recrutamento do trabalhador nacional, o preconceito e a formação de um mercado de trabalho em nível internacional definiram a opção pelo trabalhador imigrante de origem européia.* (SALLES, 1986, p. 39)

De acordo com a tese defendida por Michael Hall, o propósito maior da imigração em massa era fornecer mão-de-obra barata, e para isto foi montado um esquema que fornecesse constantemente trabalhadores para os cafezais, devido ao número de trabalhadores que deixavam as fazendas e o aumento das áreas de produção. Temos aqui algumas questões que se imbricam. Primeiramente, todo o imigrante traz consigo um sonho, devido ao trabalho propagandístico, eles queriam “fazer a América”, ou seja, enriquecer e voltar ao seu país de origem, porém são poucos os que conseguem. Outra questão são os campos distintos na imigração, um é o discurso, que o imigrante

---

<sup>14</sup> Nesse sentido, sugiro recorrer ao trabalho de HALL, Michael. Trabalhadores imigrantes. In: *Revista trabalhadores*. Publicação mensal do Fundo de Assistência à cultura. Campinas, nº 3, s/d. pp. 3-5.

tem que ser branco, livre e europeu, como parte integrante do processo civilizador. Outro é a prática, onde a relação entre imigrantes e patrões é conflituosa, pois estes guardavam ranços escravocratas. Há, aqui, uma contradição com o ideal projetado. A questão do “embranquecimento” está subjacente no projeto imigratório, que contribui ainda mais para a marginalização do liberto.

Muitos dos imigrantes que aportaram no Brasil não se deslocaram para as fazendas, ficando nas cidades de Santos e, principalmente São Paulo. Este também foi o destino que muitos dos estrangeiros insatisfeitos com a dura realidade no campo e a dificuldade de acesso à propriedade. Segundo Lúcio Kowarick, a superexploração da força de trabalho esteve exemplarmente presente no processo de constituição do mercado de trabalho livre no Brasil:

*A violência inerente ao processo pelo endividamento é substituída por formas mais viáveis e economicamente mais rentáveis de subjugar a força de trabalho, baseadas na gestão de um excedente de mão-de-obra, livre de débitos, mas também livre de propriedade e de investimentos produtivos. (KOWARICK. 1994, p.84)*

É da grande massa sobressalente, oriunda do processo de imigração subsidiado, que a indústria nascente encontrará os braços para continuar a expansão do capital fabril. A burguesia industrial não precisou preocupar-se em arregimentar trabalhadores, fato que ocorreu substancialmente, também, devido a crise do café em 1898 acarretando uma redução nos salários do trabalhador agrícola e a outras dificuldades inerentes ao serviço agrícola:

*Ao êxodo rural para as cidades agravado pela crise cafeeira, iriam se adicionar aos trabalhadores que não passariam pelo campo. Tal contingente, acrescido ao trabalho feminino e infantil, largamente utilizados nos primeiros decênios da industrialização, formou ampla reserva de trabalhadores, que, historicamente pressionou para baixo os níveis salariais. (IBIDEM. 1994, p.94)*

Nesta fase de gestação da classe operária, temos que ressaltar as determinações impostas pela oferta de mercado de trabalho e pela composição étnica da classe. A primeira determinação passou por fases diferentes, posso aludir à grande inserção de massas de trabalhadores. Outra fase é o êxodo rural, ocorrido devido a uma certa modernização da agricultura, a dificuldade da vida no campo, como o acesso a terra e a expansão da grande indústria. Na composição étnica da classe, destaca-se com predominância o elemento estrangeiro. Devido ao projeto republicano que foi o de

civilizar a sociedade; mesmo em uma segunda geração de operários, o número de descendentes de imigrantes ainda é maior que a quantidade de trabalhadores brasileiros. Esta inserção do elemento estrangeiro também foi importante pelo caráter ideológico trazido para o Brasil por estes, pois muitos já tinham experimentado, por exemplo, a militância política, e trouxeram para sua prática diária tal vivência.<sup>15</sup>

Desde sua gênese, os operários no Brasil passam por momentos de conformismo e resistência em relação às suas condições de vida e trabalho. Conformismo por que muitos queriam apenas trabalhar, juntar economias e retornar à sua terra natal. Portanto, não se engajavam em movimentos que visassem uma melhoria em suas condições de vida, concepção esta que só foi modificada com a frustração de seus sonhos e a aceitação da realidade que não conseguiriam mais retornar e, logo, teriam que tentar modificar sua realidade. A grande exploração que sofria o proletariado originou a luta de classe operária contra o capital, pois *“A experiência histórica demonstra que o proletariado torna-se classe unicamente quando começa a levar a cabo a luta de classes independente, quando surge sua consciência de classe e unidade”*.(KOVAL, 1982, p. 137)

Enfim, a Fábrica delineou inúmeros pontos da sociedade brasileira, foi o locus da inserção das pessoas e trabalhadores no “mundo civilizado”, no processo capitalista e, acima de tudo, foi o pilar desta nova sociedade que surgia:

*“A revolução industrial foi vitoriosa, pois representou uma mudança crucial não apenas no aparato técnico produtivo, mas, principalmente, nas estratégias de administração das empresas fabris. Em outras palavras, o êxito da revolução estava intimamente ligada à afirmação de novas relações de poder hierárquicas e autoritárias.”*(DE DECCA, 1993, pág 30).

No capítulo seguinte, abordaremos as causas pelas quais os “Homens de Negócios” do Brasil, durante a Primeira República, se uniram para que seus projetos de mudança na sociedade, mais precisamente, nas relações entre burgueses e trabalhadores lograssem êxito.

---

<sup>15</sup> A esse respeito consultar FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: DIFEL, 1977, pp. 21-37

## CAPÍTULO II

### SAEM OS SENHORES DE CENA, ENTRAM OS PATRÕES –

#### PREPARANDO O TERRENO

“Mais importante do que implantar o modo de produção capitalista, é modificar a forma de concepção das pessoas.” (Nicolau Sevcenko)

A industrialização no país não surgiu por um mero acaso, da mesma forma que ela teve que contar com alguns elementos vitais para a sua consolidação, aonde quer que fosse, como por exemplo, a formação de um mercado consumidor interno. A industrialização<sup>16</sup> contou com características bastante peculiares no caso do Brasil e tais particularidades marcaram profundamente o processo de industrialização e consolidação do capitalismo no país, sendo que nos deteremos nas manobras de uma parte da burguesia brasileira, mais precisamente os produtores de café paulista, na tentativa de consolidar seu projeto econômico, político e social perante a sociedade.

Com o fim da monarquia e, conseqüentemente, suplantada a nobreza após a Proclamação da República, assiste-se ao surgimento de uma nova classe dirigente no Brasil: trata-se da burguesia. Ainda que no início da República esta classe social, fortemente ligada à terra, encontre-se em formação, fraca e dispersa, alguns setores dela, como os poderosos Barões do Café, já despontam como uma fração de classe com objetivos bem definidos e desejosos de mais espaço social e econômico, como forma de implantar e manter cada vez mais seu poder. Contudo, mesmo antes do fim do Império, a burguesia já atuava nos bastidores tratando de implementar sua filosofia, o liberalismo, e garantir a posse dos meios de produção, pois o temor de uma revolta popular que pusesse em risco o patrimônio das “pessoas de berço” já era, por si só, motivo suficiente para que a burguesia se movimentasse no sentido de tentar desprover as classes subalternas de meios de luta e subsistência, como podemos verificar quanto a possibilidade de acesso à terra no seguinte trecho:

*“nesse mesmo ano (1850) foi aprovada uma lei de terras que, na prática, limitava e quase impedia mesmo a legitimação da ocupação de terras devolutas. De fato, já se legislava para o homem livre no campo, impedindo-o*

---

<sup>16</sup> -Sobre as particularidades da industrialização no Brasil: “as relações de produção escravista e o predomínio do latifúndio darão à superestrutura brasileira seu caráter histórico-particular, isto é, a própria marca da sua nacionalidade: uma sociedade conservadora e rígida, cuja classe dominante, pela própria origem histórica, nasce subordinada, econômica e ideologicamente, aos centros avançados do capitalismo mundial.” MAZZEO, A. C. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. Ática, SP, 1988, p.13.

*de possuir seu meio de produção. Ou bem a terra era livre, mas o homem cativo (nas relações escravistas) – ou bem o homem era livre, mas a terra cativa. Afinal, liberdade pessoal e livre acesso aos bens de produção era demais...”* (PINSKI, 1981, p.73)

Numa perspectiva marxista, nota-se que cada vez mais há um aprofundamento na questão que envolve as “relações de produção”; que são as relações entre as pessoas ou entre pessoas e coisas; entre os detentores dos meios de produção e os homens comuns, no sentido de que já está se trabalhando para adequar a “superestrutura” social, no sentido jurídico, de assegurar a posse da terra ao setor mandatário e empurrar o homem despossuído e “livre” para uma única alternativa, qual seja, sujeitar-se aos ditames de um mercado de trabalho ainda em formação, porém já imaginado e aspirado por alguns setores burgueses, que tinham num liberalismo adaptado à realidade nacional seu esteio.<sup>17</sup>

No final do século XIX, encontramos um Brasil muito diferente do mesmo país de algumas décadas atrás. Porém, ainda não há uma burguesia forte, visto que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil é determinado pelas tendências mundiais, não se tratando de um movimento genuinamente nacional, mas sim fortemente enquadrado dentro da divisão internacional do trabalho<sup>18</sup>, dificultando assim ou até mesmo impedindo em certos pontos o fortalecimento de uma burguesia industrial. Ao contrário do que muitos podem pensar, foram os fazendeiros que, diante do problema da escassez de mão-de-obra escrava, agiram de forma incontestável para a abolição e a república:

*“Nesse processo, a burguesia agrária reelabora as relações sociais de produção, através de um discurso que exalta a liberdade de venda e compra de força de trabalho. No bojo do movimento abolicionista e do discurso republicano há a idéia do progresso, da luta do passado contra o futuro, do estabelecimento de uma nova ordem. Como diz a autora de um trabalho acadêmico recente: ‘o abolicionismo está circunscrito no projeto de instituição da nação e para existir dentro do processo político por que passa a sociedade brasileira do período, necessita fazer seus slogans de Democracia, Pátria, Civilização, Cidadão etc.’”* (PINSKI, 1981, p. 78-9)

De acordo com Gorender, o modo de produção capitalista não abarca, de forma alguma, a escravidão, ou seja, não há o que se falar em capitalismo genuíno sendo que

---

<sup>17</sup> Os conceitos de “relações de produção” e “superestrutura” foram retirados da obra de HUGHES-WARRINGTON, Marnie. *50 grandes pensadores da História*. SP: Contexto, 2002, p.249.

<sup>18</sup> Por divisão internacional do trabalho compreendo como sendo determinações das grandes potências mundiais que impõem a um dado país, devido às suas características, desempenhar uma função específica dentro complexo produtivo capitalista. É o caso do Brasil, por este ser um país com vasta extensão territorial, não possuir na ocasião da passagem do séc. XIX para o XX um parque industrial, ser carente de um mercado interno, ter a economia atrelada aos ditames internacionais, entre outros; isto o deixou restrito à periferia da economia mundial, tendo na produção agroexportadora seu principal sustentáculo econômico.

em uma dada sociedade a produção esteja alicerçada no trabalho escravo. O desenvolvimento pleno do sistema capitalista de produção é fortemente atrelado à formação de um “mercado de mão-de-obra despossuída, abundante e juridicamente livre para ser assalariada, sob contratos de trabalho rescindíveis quando convier ao empregador” (GORENDER, 1986, p.20)

No Brasil, pode-se dizer, com certo conforto, que havia sim uma “República Cafeeira Burguesa”<sup>19</sup>, já que a sociedade como um todo, da maneira que estava estruturada e organizada, já apresentava sérias limitações quanto ao atendimento das necessidades dos “barões do café”, a burguesia proclama a República, separada da participação popular. Este fato articulado ‘pelo alto’ foi um dos objetivos do processo modernizador que teve início nos anos de 1850, implantando a República e o regime militar, demonstrando assim todo o poder e influência da burguesia cafeeira. Para ilustrar esta afirmação, vamos analisar a citação a seguir:

*“Um argumento muito comum para se demonstrar o controle do Estado pelos interesses cafeeiros é o da política cambial, posta em prática pelos governantes republicanos. Afirma-se que essa política consistia deliberadamente em desvalorizar o mil-réis, para sustentar renda da cafeeicultura em moeda nacional. A afirmativa vem acompanhada da noção de que, por meio desse mecanismo, ocorreu o que o economista Celso Furtado chamou de ‘socialização de perdas’. Ou seja: desvalorizando a moeda nacional para favorecer a cafeeicultura exportadora, o governo encarecia as importações que deveriam ser pagas pelo conjunto da população. Desse modo, as perdas do setor cafeeiro seriam socializadas, isto é, divididas por toda a sociedade.”*(FAUSTO, 1994, p. 274)

A forma como foi conduzida a política e a economia no Brasil possibilitou a ampliação e o fortalecimento da atividade cafeeira, enaltecendo o caráter agrário do país e possibilitando, através da concentração de capital devido a produção agrícola, a industrialização da economia brasileira, ocasionando posteriormente conflitos no cerne das classes dirigentes que possibilitaram mudanças no direcionamento do Estado, pois *“temos um processo de concentração capitalista feito, através do campo, pela atividade*

---

<sup>19</sup> Na Primeira República, o Estado pode ser concebido como um gabinete privilegiado para a proteção e difusão dos interesses de um setor da sociedade. Iria-se grandes produtores rurais de São Paulo e Minas Geraes, pois o campo fornecia o principal produto de exportação. Igualmente o que ocorria à época da economia escravista colonial, a nova economia continuava a ter seu eixo na exportação de produtos primários, ou seja, com origem no campo. Na primeira década do séc. XX, dois terços da produção agrícola nacional, em termos de valor, eram exportados e, no total da exportação, o café participava com 53% (seguido da borracha, com 26%). Uma vez que São Paulo fornecia cerca de dois terços do café exportável, compreende-se a força econômica concentrada em mãos dos cafeeiros paulistas.

*cafeeira. A própria atividade industrial é subordinada à produção de maior relevância que é a do café e à sua burguesia.*” (MAZZEO, 1988, p.28)

O capital financeiro britânico teve forte influência sobre a economia cafeeira devido a financiamentos na implementação produtiva dos cafezais, entre outros, e, aos poucos, o capital internacional vai apoderando-se dos setores mais importantes da economia brasileira, visto que:

*“isso não ocorre por acaso. Dois elementos são importantes para o entendimento do papel do capital internacional na economia do país e para que se apanhe o caráter da própria burguesia brasileira: podemos ver com alguma facilidade que, para os setores da burguesia que atuavam na produção e exportação do café, era vital que a balança comercial fosse favorável à exportação; que o capital estrangeiro não custasse muito caro, quer dizer: era necessário uma constante política de desvalorização do dinheiro nacional frente ao dinheiro estrangeiro. No que se refere ao mercado interno, este não poderia fazer concorrência aos produtos internacionais industrializados (leia-se produtos ingleses). Essa necessidade estrutural de manter a economia nacional subordinada aos interesses internacionais constituía-se no próprio cerne da economia agroexportadora.”* (IBIDEM, p.30)

A Burguesia Nacional<sup>20</sup>, após colocar como expoente máximo do poder no Brasil seus representantes no lugar do Imperador, movimentou-se no sentido de acabar com a escravidão e influenciou decisivamente a política econômica. Ainda assim, restavam pontos para que a sociedade brasileira fosse adaptada conforme o projeto modernizador idealizado pela Burguesia Nacional, podendo citar para isto, principalmente, a mudança na legislação vigente para poder receber o trabalhador livre e a modificação na mentalidade de toda a sociedade da valorização do ato produtivo em si. Estes dois últimos aspectos serão tratados em seguida.

Antes da proclamação da república, a sociedade brasileira funcionava em torno de instituições como o escravismo, o latifúndio, a monarquia e sua relação com a metrópole, agora sendo substituídos pela figura do trabalhador livre, o latifúndio voltado para relações capitalistas com o exterior, o republicanismo e a democracia, o ordenamento jurídico, em muitos pontos, não atendia ao crescente desenvolvimento capitalista. As leis funcionavam para os Senhores de Engenho, contudo mostravam-se

---

<sup>20</sup> Segundo GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. Brasiliense, 1986, SP, p. 26: “a classe dominante era constituída, por conseguinte, pelos proprietários das plantagens (de café, cana-de-açúcar, cacau, algodão, etc.) e das fazendas de gado. A grande burguesia comercial e bancária associava-se intimamente aos latifundiários, além do mais porque, com freqüência, procedia do meio deles.”. Logo percebe-se a importância da Burguesia Nacional e vejo esta denominação como sinônimo de setor dominante.

A definição clássica de burguesia é: “por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado.” MARX, K. *O Manifesto do Partido Comunista*. [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br). Acessado em 20/04/1999.

inadequadas para as relações capitalistas. Como exemplo, posso citar que o catolicismo era a religião oficial e havia limitações a outras práticas religiosas, o que determinava a dificuldade do ingresso de protestantes no país, e “*uma lei de 1860, parcialmente alterada em 1882, as sociedades anônimas não podiam ser constituídas sem autorização expressa do Governo e estavam proibidas de colocar suas ações à venda*”.(GORENDER, 1986, p. 20)

Em substituição a “mera coerção física” existente nas relações entre o Senhor de Engenho e seus cativos é implantado em seu lugar novas formas de exploração que já estavam sendo adotadas e se alastraram após a Abolição, pois eram mais eficazes no universo das relações capitalistas de produção. Os trabalhadores tornaram-se juridicamente livres, e em decorrência disto houve a expansão das relações de produção capitalista, ou seja, com o surgimento do trabalhador livre, além de possibilitar maiores lucros para o patrão, a relação de compra e venda de força de trabalho alastrou-se pelo país. Nestas novas condições, há a difusão das relações salariais<sup>21</sup> e rápida ampliação do mercado interno, sendo que “*este acabará suplantando a importância estratégica da exportação e se converterá no eixo do desenvolvimento econômico. Semelhante dinamismo do mercado interno teria sido completamente inviável nos quadros do escravismo colonial.*”(GORENDER, 1986, p.26)

Devido principalmente às atividades agrícolas, em especial as de exportação, houve a acumulação originária de capital, a formação de um mercado interno, a disponibilidade de mão-de-obra, o crescimento das atividades que gravitavam em torno da produção do café, entre outros fatores, que possibilitaram o desenvolvimento industrial de São Paulo. A partir deste momento, a classe burguesa originária do campo vê o surgimento deste mesmo segmento de classe, agora do meio urbano e das atividades industriais e comerciais, contudo ainda fortemente ligada à terra, até porque a atividade agrícola ainda se manterá como o principal expoente da economia brasileira,

---

<sup>21</sup> De acordo com GORENDER, Jacob. *A burguesia nacional*. Brasiliense, SP, 1986, p. 40, sobre a concepção de salários pagos aos trabalhadores: “*a regra de ouro do capitalismo se resume em que o salário não deve superar o valor da força de trabalho. De preferência, convém que seja inferior a esse valor e, para isso precisamente, existe o exército industrial de reserva. Quem pega no pesado e vive de salário, não tem como poupar.*”

E, segundo o mesmo autor os imigrantes que obtiveram sucesso como capitalistas, não foram os que tiveram a necessidade de assalariar-se, pois estes já desembarcaram em solo brasileiro com algum patrimônio, por menor que fosse, ou eram empregados de empresas que aqui estabeleceram negócios.

contando agora com a urbanização crescente, e o ganho em importância do setor secundário na economia.

*“nos últimos vinte anos do século passado, a cafeicultura paulista atravessou um período de auge. Com o extraordinário afluxo de trabalhadores imigrantes, ampliou-se rapidamente o mercado regional. Assim é que uns tantos fazendeiros aplicaram parte de seus excedentes líquidos na montagem das fábricas. (...) Por isso mesmo, o grosso dos excedentes líquidos gerados pela cafeicultura e concentrado pelos bancos ou pelos comerciantes foi reaplicado na expansão da própria cafeicultura.” (GORENDER, 1986, p. 34)*

Com o início da adoção do trabalho assalariado no Brasil, em larga escala, verificou-se que não havia limite para a exploração desta força de trabalho, garantias e benefícios que hoje estão solidificadas nas relações trabalhistas. Na virada do século passado, eram, no entanto, uma quimera para a esmagadora maioria dos trabalhadores, não existia férias e descanso semanal remunerados, a jornada de trabalho diária era extensa, havia a exploração de mão-de-obra infantil, inexistia cobertura contra acidentes ocorridos no trabalho, bem como uma previdência social, só para ficar nestes exemplos. As condições de trabalho e existência eram das mais adversas possíveis, o que marcava decisivamente a vida dos trabalhadores no período, tanto do campo como da cidade.

*“Se o cotidiano dos trabalhadores dentro das fábricas, nas primeiras décadas de industrialização do Brasil, era bastante árduo e penoso, a sua vida fora das fábricas ou dos estabelecimentos de trabalho não foi mais fácil ou suave. Os salários operários, desde o final do século XIX até 1930/1940, ficaram sistematicamente aquém dos aumentos de preços e do custo de vida de maneira geral. Os salários do proletariado urbano e fabril apresentaram um poder aquisitivo muito baixo ao longo de todo esse período.” (DECCA, 1991, p. 43)*

A esta exploração somam-se ainda outros fatores para denegrir ainda mais a vida dos trabalhadores, podendo citar que o trabalhador imigrante tinha como meta “Fazer a América”, ou seja, trabalhar em solo brasileiro, juntar economias e retornar à terra natal com algum patrimônio para recomeçar sua vida. Isto deixou o movimento operário desagregado; pois enfraquecia a solidariedade entre os trabalhadores tão importante para o movimento operário nos primeiros anos da efetivação do capitalismo no Brasil. Junte-se a isto as manobras insidiosas dos patrões que foram o paternalismo e recorrência à repressão policial:

*“O paternalismo manifestou-se na construção de vilas operárias e no fornecimento de certos serviços (escolas, assistência médica, etc.). Mas a benevolência de semelhante paternalismo não ultrapassava a fachada. Os benefícios assistenciais tinham a contrapartida de descontos nos salários, não raro arbitrários e excessivos. (...) Convém observar, ademais, que o assistencialismo paternalista derivava da vantagem que havia na construção de vilas operárias na vizinhança das fábricas, uma vez que isso reforçava a*

*subordinação disciplinada do empregado ao patrão. numa fase em que o mercado capitalista de força de trabalho era, comparativamente aos dias atuais, restrito e de fraca fluidez.*”(GORENDER, 1986, p. 49)

A carga da repressão policial ficaram as prisões, deportações sumárias de líderes sindicais ou pessoas que se destacavam no movimento operário, a dispersão com uso de violência de reuniões entre trabalhadores; chegando ao auge quando “*O refinamento da repressão se aperfeiçoou com a organização das listas negras, nas quais a polícia e as entidades patronais incluíam os operários suspeitos de ‘subversão’ e os condenavam, dessa maneira, ao desemprego permanente.*”(GORENDER, 1986, pp. 49-50). Alheios às necessidades dos trabalhadores e protegidos pelo Estado, os patrões (empresários e fazendeiros) não atendiam aos anseios de seus funcionários, até que a primeira grande greve em território brasileiro, que explodiu em São Paulo, Rio de Janeiro e em outros lugares do país. em 1917-1919, determinou que justamente em 1919 fosse aprovada a primeira lei do país que se destinasse a regulamentação de pontos do trabalho livre, sendo esta a Lei de Acidentes do Trabalho.<sup>22</sup>

Após fazer um sobrevôo nas influências, nas implicações e na gênese da burguesia brasileira, poderei rumar ao encontro do objetivo, que são as manobras da burguesia para enfraquecer o movimento operário durante a Primeira República, percorrendo o caminho traçado pelo projeto político<sup>23</sup> da elite cafeeira paulista, para que a reprodução do capital pudesse continuar, onde a primeira situação que carecia de uma ação inovadora era sobre a “noção de trabalho”. A nova *noção de trabalho* que será que será difundida, esta atrelada aos pilares dos liberais brasileiros, que é a “noção de progresso”<sup>24</sup>, que compreende o desenvolvimento da atividade produtiva, devido ao próprio processo social de produção.

A escravidão no Brasil, que legou à sociedade as relações entre o senhor e o escravo, dificultou o surgimento de obreiros que concebessem de modo positivo o ato produtivo, por outro lado, o preconceito sobre o elemento nacional e o liberto aumentavam os óbices desta relação.

<sup>22</sup> A esse respeito consultar GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. Brasiliense, SP, 1986, p. 50.

<sup>23</sup> Para conhecer os pontos do projeto político idealizado pelos cafeicultores que formaram o PRP, indico as seguintes obras: BOCAIÚVA, Quintino. *Ao partido republicano brasileiro*. Publicação do Partido Republicano de Santos, s/d. 22/5/1889. PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, (jornal) *Boletim Republicano*. Discurso de Quintino Bocaiúva, 15/5/1889. SALES, Alberto. *Ideólogo da República*. São Paulo. Ed Nacional, 1965. Entre outros.

<sup>24</sup> Por progresso entende-se o crescimento econômico e a expansão da participação política. BRESCIANI, M. S. *Liberalismo: ideologia e controle social*. SP, USP, Tese de doutorado, (mimeo), 1976, p. 220.

Para a reprodução e ampliação do capital, a “noção de trabalho” necessitava ser repensada. Logo o trabalho surge no discurso republicano como a instância capaz de criar a riqueza. No Brasil almejado pelos republicanos, o trabalho não podia ser entendido como ato aviltante, pois com o atual estágio das relações capitalistas, ao relacionar trabalho com riqueza o ato produtivo teria que ser identificado como algo positivo e dignificante<sup>25</sup>, haja vista que é via o trabalho que se pode chegar à fortuna, à propriedade e todos seus benefícios sociais. Reelaborando a noção de trabalho, passa-se a identificar o trabalho com o lucro. Na mentalidade e nas práticas dos ex-senhores, não havia a compreensão do trabalho como produtor de mais-valia, sendo este ponto fundamental e apossado para a reprodução e ampliação do capital.

*“O trabalho, por ser condição para ampliação e reprodução do capital, precisava ter condição ideológica redimensionada. Em decorrência disso, ele aparece no discurso republicano como poder de criar a riqueza. Trabalho é compreendido pelo pensamento liberal como condição intrínseca ao homem que, ao se desenvolver, possibilita a criação dos bens morais, pois recuperava e eleva o sentido ético dos indivíduos e dos bens materiais. A acumulação desses bens morais e materiais forma com cabedal de uma nação.” (SALLES, 1986, p. 42)*

Para Kowarick, que trilha um caminho parecido com Salles, não se tratava apenas da simples aceitação do trabalho organizado, tendo como recompensa um pagamento material, as questões eram bem mais complexas, pois *“Os livres, na medida em que o cativo fosse o referencial do processo produtivo, só poderiam conceber o trabalho organizado como a forma mais degradada de existência.”* (KOWARICK, 1994, p. 43) Logo, a mudança da forma de compreensão ao ato produtivo era uma questão crucial para o projeto republicano.

---

<sup>25</sup> Sobre a mudança da concepção do “ato do trabalho”, podemos encontrar em Locke um de seus primeiros teóricos, que defendia que *“O pressuposto para se pensar uma sociedade, isto é, um ambiente comum de inter-relações humanas, passava necessariamente pelo pressuposto de que uma atividade totalmente privada do homem, - o trabalho - deveria adquirir uma dimensão pública. Nessa medida, para esse autor não existe nenhuma outra atividade humana capaz de garantir um ambiente comum entre os homens, a apenas o trabalho, a mais específica das propriedades do homem deve ser valorizada e elevada como fundamento da vida em comum.”* Segundo Locke, quem não trabalha está à margem da sociedade moderna, pois o objetivo final da atividade humana é criar riqueza, que apenas será alcançada através do trabalho. A sociedade é fruto da atividade do trabalho, e o indivíduo que não possui nada nesta comunidade, pode adentrar nela vendendo sua força de trabalho, alcançando assim sua sobrevivência. DE DECCA, E. S. *Trabalho e sociedade*, pp 1-4, mimeo.

Para uma visão mais incisiva sobre o caminho percorrido para uma posituação do ato de trabalhar, partindo da Grécia Antiga até a época moderna, ver ARENDT, Hannah. *A condição humana*, Forense, 1981, especialmente cap III.

Outro ponto a ser enfrentado na aurora da sociedade republicana brasileira era a necessidade de criar instrumentos legais para o controle na constituição do mercado de mão-de-obra.

*O Partido Republicano, ao construir um discurso ideológico que pretendia dar conta do real, e propor-lhe uma alternativa política, tinha como eixo desse discurso a nova personagem em cena na sociedade brasileira: o trabalhador livre. Essa personagem significava a modificação qualitativa das relações de produção, pressionando a reelaboração das relações de dominação no nível político-jurídico. (SALLES, 1986, p. 56)*

Para abarcar a figura do trabalho livre era necessário uma nova ordem jurídico-institucional, uma sensação de igualdade deveria ser erigida em torno das relações sociais e uma *voluntariedade* dos homens em venderem sua força de trabalho. Esse processo desenvolveu-se através da educação que *“além de cumprir um papel fundamental enquanto instrumento de dominação ideológica, ainda deveria ser capaz de formar mão-de-obra para a lavoura”* (SALLES, 1986, p. 68). Pois assim não só os trabalhadores estariam dispostos a vender sua força de trabalho, como também os controlaria e legitimaria a ordem existente, haja vista que *“esse processo supõe criar relações sociais de produção que levem ao domínio do capital sobre o trabalhador”* (KOWARICK, 1994, p. 104)

No universo dos instrumentos legais a serem utilizados pelos detentores de poder, encontramos o “contrato” como meio para assegurar as relações de trabalho entre as partes, pois o senhor não mais teria a propriedade do escravo e passaria a adquirir a força de trabalho através de um contrato, sendo então necessária uma legislação que regulamentasse esses instrumentos jurídicos, pois *“havia que adequar a legislação às relações sociais que se impunham com o advento do trabalho livre (...) O contrato colocava-se acima das partes ao preservar a comunhão dos interesses em nome do progresso da Nação”*. (SALLES, 1986, pp 70-71)

Para garantir aos detentores dos meios de produção a subjugação do trabalhador ao sistema de trabalho imposto e a execução do contrato estabelecido, como já foi frisado, havia necessidade de regulamentação. O contrato entre indivíduos juridicamente semelhantes teria que ser assegurado pelo Direito, por meio de uma série de normas que dessem legitimidade à relação social entre homens aparentemente iguais. Assim, a legislação teria que ser automaticamente modificada, tendo como principal influência o liberalismo econômico, dando espaço, junto a outros fatores; como a

propaganda e o discurso da vital necessidade da importação de braços para a figura do imigrante.

Uma vez escolhido o trabalhador europeu como uma das etapas para a consolidação do projeto republicano dos grandes cafeicultores paulistas, a propaganda utilizada junto aos imigrantes, em sua maioria pessoas carentes e despossuídas, foi utilizada largamente a argumentação do enriquecimento rápido e melhoria nas condições de vida, o que era muito tentador, sendo que a ambição do imigrante aliou-se às aspirações dos fazendeiros paulistas.

*A conjugação do interesse individual do imigrante as necessidades do fazendeiro paulista possibilitou a produção de uma ideologia do trabalho no Brasil que, combinando autonomia do trabalhador com a reprodução ampliada do capital, serviu perfeitamente ao projeto de hegemonia da burguesia proprietária. O fato, ainda, desse processo de modificação das relações sociais de trabalho estar relacionado a formação de um mercado de trabalho em nível internacional, permitiu aos proprietários rurais formular uma política de mão-de-obra adequada às condições de reprodução do capital cafeeiro. (SALLES, 1986, p. 87)*

Outro aspecto pensado pelos republicanos paulistas foi preparar a sociedade face a política imigrantista; ideais como a liberdade e igualdade, que garante os direitos do Homem em sociedade; a solidariedade que atenua a diferença entre as classes sociais; e a fraternidade alegando que não há conflito entre as classes sociais. Estes conceitos genéricos mascaram a real dinâmica da sociedade, complementando o discurso ideológico republicano que contribuem para manter o domínio burguês.

O que pretendi mostrar até aqui foram as transformações nas relações de produção e na mentalidade social, trazidas a cabo por um projeto político que tem por objetivo moldar o Estado e seus aparelhos às demandas de reprodução e ampliação do capital no Brasil.

Compondo este projeto político, destaco a reelaboração da noção de trabalho, a elaboração de novos conceitos e práticas que envolvessem o ato produtivo ao que o trabalhador livre estava ligado. Com a inserção do trabalhador livre, os proprietários passam a ter acesso ao lucro e a compreender como o lucro é alcançado. Também em decorrência do assalariamento dos trabalhadores torna-se possível a ação de compra e venda da força de trabalho e a adaptação jurídico-institucional para regulamentar o trabalho livre. Outros aspectos que completavam este projeto eram a paz e a ordem social, pois as mudanças pretendidas pela “vanguarda” cafeeicultora não diminuíam o patrimônio das classes as quais pertenciam.

*“Como esse projeto nasce no bojo das modificações das relações de produção, com a inserção do trabalhador livre na sociedade brasileira, ele é obrigado a repensar o significado do ato produtivo. Democracia e valorização do trabalho são engendradas num mesmo processo: o de reelaboração das relações de dominação.” (SALLES, 1986, pp 129-130)*

Enfim, a formação de um mercado de mão-de-obra livre no Brasil foi marcada por intensa coerção e violência, caracterizadas pela destruição de formas autônomas de subsistência, impedindo o acesso à propriedade da terra e aos meios de produção, a fim de retirar do trabalhador o controle do processo produtivo; e pelas transformações culturais, onde indivíduos despossuídos dos meios materiais que lhe assegurassem uma melhor qualidade de vida não só precisassem como também estivessem dispostos a trabalhar para outros.

## CAPÍTULO III

### A MOBILIZAÇÃO BURGUESA FACE

### AS DEMANDAS DOS TRABALHADORES

“Os empregadores nacionais, como em toda a parte, sempre se utilizaram de seu bom relacionamento pessoal com as autoridades, tendo, por isso mesmo, fácil acesso aos centros de decisão governamental. Os *lobbies*, os grupos de pressão junto ao Congresso, estiveram sempre presentes na luta em prol dos interesses empresariais. Nem sempre se pode culpar somente o liberalismo ou o atraso da mentalidade governamental pela ausência de legislação do trabalho durante grande parte da República brasileira. Em verdade, apesar de algumas ou raras manifestações de patriarcalismo paternalista, como classe ou segmento de classe, nunca deixou a burguesia nacional de estar atenta na defesa do que lhe parecia ser seus legítimos interesses.” (Evaristo de Moraes Filho)

Com a implantação e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, houve a necessidade também de mudar a forma como as pessoas compreendiam a sociedade. Logo, juntamente com a Fábrica, esta traz uma série de elementos para sua instalação, que não são acessórios e, sim, elementos tão importantes quanto a própria Fábrica, desde os mais visíveis, como a pura e simples coação física, passando pela busca por uma maior produtividade, a fiscalização e cobrança dos chefes, até elementos de difícil percepção, como por exemplo, as mudanças inseridas no dia-a-dia das pessoas, para que estas assimilem e aceitem a nova filosofia de trabalho.

É neste segundo item, ou seja, os elementos que exigem uma percepção mais cuidadosa por parte do observador, e em particular, para este trabalho, que se configura o projeto social encampado pelos patrões, visando algumas alterações na sociedade, principalmente para que a ampliação e reprodução do capital pudesse continuar, pois são características do sistema capitalista de produção uma orientação constante para o crescimento, a exploração do trabalho vivo e a busca ou criação de condições favoráveis ao seu dinamismo<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> O modo capitalista de produção apresenta três características essenciais: 1) O capitalismo tem uma orientação constante para o crescimento, pois será através deste que os lucros podem ser alcançados. Logo ele tem de expandir-se, tem que criar as condições favoráveis para o seu crescimento, independente das consequências sociais, políticas, econômicas, ecológicas e geopolíticas. 2) Outro pilar é a exploração do trabalho vivo na produção, sendo que o crescimento se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que é produzido, ou seja, é intensificado o controle e a exploração da mão-de-obra no processo produtivo e é aumentado o controle de salário de mercado. Em decorrência disto, o controle do trabalho é fundamental para a “saúde do sistema”. E completando este tripé, 3) está o caráter dinâmico do capitalismo, gerado em parte por leis coercitivas, como exemplo, a busca incessante do lucro, ou a dinâmica da luta de classes visando o domínio dos mercados de trabalho e o controle do processo de trabalho. “O controle do trabalho é essencial para a produção de lucros e se torna uma questão mais ampla do ponto de vista do modo de regulamentação, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (...) se

Ou seja, em um determinado momento histórico, a partir da segunda metade do século XIX no Brasil, houve a necessidade de transformar a realidade social com vistas a atender as demandas do capitalismo, pois a monarquia e o sistema escravocrata, bem como os ideais a que estavam atrelados, não mais atendiam as aspirações do sistema capitalista.

Contudo, não basta apenas inserir os ícones do modo de produção capitalista no seio da sociedade a exemplo da Fábrica. É mister criar as condições favoráveis para que não só se instalem como também se desenvolvam.

Nesse sentido, o enfoque buscado por este trabalho não é o controle do processo de produção em si, mas sim as manobras que o projeto modernizador, calcados em princípios liberais, iriam proporcionar para que o patronato chegasse no momento da disputa do controle do processo de produção, já em vantagem, pois a burguesia lançou seu projeto também na esfera social e jurídica, principalmente na regulamentação das atividades produtivas, proporcionando assim que a disputa fosse realizada com muitas das regras criadas pelo patronato.

Como parte do projeto modernizador, encontra-se a prática patronal relativa às origens da regulamentação do mercado de trabalho, ou seja, as manobras empreendidas pelo patronato para que, devido a uma demanda inquestionável; a questão social; as leis desejadas pelos trabalhadores, decorrentes das suas grandes lutas e mobilizações não pusessem em risco a “paz” e a “harmonia social”<sup>27</sup>, que estas normas fossem influenciadas pela visão e atitudes dos patrões. É este ponto que irei focar neste capítulo, pois de acordo com Thompson<sup>28</sup>, uma classe social é formada não só por sua luta, como também pelas influências que recebe. Por conseguinte, verificaremos as

---

torna crucial para a perpetuação do capitalismo.” HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p. 169. Ou seja, o modo de produção capitalista tem que revolucionar constantemente suas formas de exploração e acumulação do capital para manter-se vivo.

<sup>27</sup> Vale lembrar que “paz” e “harmonia social”, no contexto da sociedade brasileira na Primeira República é sinônimo de medidas que mantivessem os privilégios e ganhos das elites em detrimento às difíceis condições de vida da população, em especial os trabalhadores.

<sup>28</sup> “Uma classe existe (acontece) quando um grupo de homens que compartilham experiências comuns apreendem estas vivências em termos políticos e culturais – ou seja, são capazes de materializá-las em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. É no decorrer deste processo que se reconstrói uma identidade coletiva de interesses próprios a uma classe, distintos dos interesses de outras classes (...) Só se pode entender uma classe como uma formação social e cultural que se constrói tanto a partir das experiências dos trabalhadores no processo de produção quanto a partir de suas tradições intelectuais, de seus modelos de relacionamento social e de seus padrões de organização política e profissional. THOMPSON, E. P. *La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: Lucha de Clases sin Clases?* In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona, Ed. Critica, 1984.

medidas tomadas na esfera administrativa pelos capitalistas para submeterem os trabalhadores ao seu modo de trabalho após a abolição da escravidão; levantaremos os efeitos sobre os trabalhadores brasileiros diante da introdução de novas formas organizacionais e como as manobras do patronato influenciaram a formação da classe trabalhadora brasileira, ou seja, demonstrar a movimentação do patronato, a nível administrativo/institucional, que buscou definir a movimento operário brasileiro já em seu nascedouro.

A situação dos trabalhadores em geral, no Brasil durante a Primeira República, era muito difícil, sendo que para muitos a penúria era total. Tal situação era marcada por condições de vida precárias devido a carestia dos produtos que necessitavam para sobreviver, a incidência da inflação, jornadas extensas de trabalho, péssimas condições para exercerem sua profissão.... Porém, estas dificuldades não atingiam apenas operários, mas sim todos aqueles setores que estavam na base da pirâmide social, o que tornava mais fácil o terreno para a disseminação de ideais reivindicatórios e aumentava a preocupação dos setores dominantes.<sup>29</sup>

Com a industrialização, os trabalhadores perderam o controle sobre o processo e as condições de trabalho, passando agora a serem submetidos e dominados pelos detentores de capital, que ditavam as normas e o ritmo da produção, tendo sua atividade profissional e vida particular gravitando em torno da Fábrica, ou seja, uma vida organizada e disciplinada. Logicamente este processo não foi simples, pois houve muita resistência, luta, avanço, ganhos e perdas, tanto para os trabalhadores quanto para os patrões. Neste cenário de disputas sobre o controle do processo de trabalho, no Brasil durante a Primeira República, verificamos três grandes atores: um Estado com forte influência oligárquica<sup>30</sup>, uma burguesia industrial cada vez mais forte e unida e os operários, sem dúvida alguma, a classe social que mais pressionava em busca de melhores condições de trabalho e de existência. Quero deixar claro que não é o objetivo

---

<sup>29</sup> Sobre a situação por que passava os trabalhadores no Brasil no início da industrialização, existem muitos traços análogos ao que passaram os trabalhadores ingleses e franceses no início do século XIX, para observarmos mais de perto estas similaridades indico o livro de BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris n século XIX: O espetáculo da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

A respeito da realidade dos trabalhadores aqui no Brasil, sugiro um livro que utiliza muitos documentos de época ressaltando as dificuldades enfrentadas pelos obreiros do Brasil, que é DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991.

<sup>30</sup> Por Estado Oligárquico entende-se a instituição presidida por um integrante da burguesia agrária ou seu representante, cuja política se volta aos interesses do setor agrícola, inserido em um contexto de exportação de produtos primários, ou seja, a venda para o exterior de matérias primas e produtos agrícolas como café, algodão, cacau...entre outros.

deste trabalho adentrar na esfera econômica e social como por exemplo, tratar das influências que os condicionantes econômicos, da 1ª Guerra Mundial, Crise de 29, inflação, as reivindicações operárias, as grandes greves no período, entre outros tiveram forte influência sobre o objeto de estudo. O assunto desenvolvido parte das movimentações da burguesia industrial, sem é claro desconsiderar os outros atores sociais envolvidos neste processo.

Como foi frisado no Capítulo I deste trabalho, o capital proveniente das fazendas de café possibilitou o surgimento da industrialização no Brasil, bem como os primeiros industriais se não eram produtores agrícolas, não raras vezes eram oriundos de meios rurais. Contudo, com o desenvolvimento da atividade industrial, os interesses da burguesia urbana e agrária diferenciaram-se devido a preocupações específicas e necessidades próprias. Para demarcar esta dinâmica própria da burguesia urbana podemos citar como exemplo a criação de associações e centros representativos de classe<sup>31</sup>, que tinham como função zelar pelos interesses dos grupos a que estavam ligados.

*“Tais organismos de classe tiveram no início a função de conseguir e preservar vantagens econômicas para os industriais e de controlar, com medidas repressivas ou preventivas, o operariado fabril. Mais tarde buscaram politizar seu projeto industrializante, apresentando-o como único caminho possível para o desenvolvimento e o projeto do conjunto da sociedade brasileira.” (DECCA, 1991, p. 09)*

Após a consolidação do capitalismo no Brasil, mesmo com uma forte orientação agroexportadora, o processo de industrialização foi implantado na sociedade, e juntamente com a industrialização surgiram as conseqüências deste processo, como por exemplo, posso citar a aceleração da urbanização, a formação de um mercado de mão-de-obra livre e despossuído... entre outros. Assim, como a movimentação deste novo ator social, chamado burguesia industrial<sup>32</sup>, atuando também nos bastidores do poder, sempre com o intuito de proteger seus interesses. Também temos como conseqüência do processo de industrialização uma classe social denominada

---

<sup>31</sup> Como exemplo posso citar a fundação em 1904 do Centro Industrial do Brasil, posteriormente a este temos a fundação do Centro de Comércio e Indústria do Estado do Rio de Janeiro (1915), do Centro da Indústria de Calçados e Comércio de Couros (1915), do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão (1918), o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (1928), entre outros.

<sup>32</sup> Setor da burguesia, ou seja, dos detentores dos meios de produção, que atuam na atividade industrial.

proletariado,<sup>33</sup> que possui demandas e aspirações, e as externalizam gerando conflitos entre os interesses do patronato e dos proletários.

Estas demandas das classes proletárias fazem parte do que se convencionou chamar “Questão Social”, que segundo Ângela de Castro Gomes, trata-se de um grupo de óbices surgidos devido às condições de trabalho provenientes da Revolução Industrial, que influenciam também o campo social, político e econômico. (Gomes, 1979, p. 31)

No entanto, esta constatação que alguns membros da sociedade chegaram deparou-se com dois fatores. O primeiro era o fato de que as contestações e demandas trabalhadoras brasileiras já haviam ocorrido em outros lugares e parte do patronato já tinha conhecimento acerca destes fatos. O segundo, é que a questão das reivindicações trabalhistas esbarravam em um dos pilares da constituição da sociedade brasileira, que era o liberalismo, sendo que esta doutrina defende a tese de que não pode haver coisa alguma que interfira na oferta de mão-de-obra e sua exposição para mercado. Estas duas premissas que se encontraram ante a sociedade, além de serem antagônicas em sua essência, não poderiam ficar sem respostas, pois se de um lado temos um movimento operário combativo<sup>34</sup>, de outro verifica-se uma intensa movimentação burguesa na disputa pelo controle do processo de produção.<sup>35</sup>

Porém, os setores médios urbanos também enfrentavam as mesmas dificuldades que os proletários, e os gritos de contestação ganharam ressonância e foram estimulados, ora pelos trabalhadores, ora pelos patrões. O Estado oligárquico brasileiro, que mesmo contraíndo a vontade de muitos, percebeu a necessidade da tomada de uma atitude pois:

---

<sup>33</sup> Por proletariado entendo o conjunto de trabalhadores fabril e urbano. bem como, os indivíduos que não possuem os meios de produção e por isso tem que vender sua força de trabalho; sendo esta o conjunto de aptidões físicas e mentais de um indivíduo; para alcançar sua subsistência.

<sup>34</sup> Não é o objetivo deste trabalho discorrer profundamente sobre os ideais norteadores dos trabalhadores e sua forma de mobilização. contudo é unanimidade de que nos primeiros anos da República os princípios anarquistas tiveram grande influência sobre o movimento operário, sendo substituído em importância gradativamente pelo socialismo-comunista, principalmente após o sucesso da Revolução Russa em 1917. Sobre esta temática contamos com uma rica bibliografia.

<sup>35</sup> A respeito do “controle do processo de produção”, entendo que este não nasceu com as Fábricas, mas sim foi sendo implantado para que os patrões pudessem despojar os trabalhadores do controle sobre o produto e sobre o processo de produção. dando ao capitalista o poder de prescrever a natureza do trabalho a quantidade a produzir. Não foi a tecnologia que proporcionou isto. mas medidas como a divisão do trabalho, a organização centralizada, especialização das tarefas, a reunião dos trabalhadores em Fábricas... Para aprofundar neste assunto indico GORZ, Andre. Origem e funções do parcelamento das tarefas (para que servem os patrões?) In: MARGLIN, Stephen. *Critica da divisão do trabalho*. São Paulo: Maritns Fontes, 1980.

*A emergência do intervencionismo estatal, isto é, de uma nova realidade de proteção aos fatores da produção, tem, portanto, o objetivo de, bloqueando a ação de mercado, preservar o desenvolvimento do capitalismo. As tarifas aduaneiras significariam, desta forma, não apenas mais lucros para os industriais, como também segurança contra a liquidação de comércio e indústria, particularmente em momentos de crises internacionais. Portanto, significariam, também, segurança contra o desemprego, garantindo estabilidade econômica e social para o país. Na mesma linha far-se-iam regulamentos para o uso do solo e criar-se-ia um conjunto de medidas de administração do sistema monetário. A legislação social, de fábrica e de caráter previdenciário, protegendo o trabalhador dos graves problemas econômicos da sociedade de mercado, preservaria os recursos humanos necessários ao progresso material, sendo uma garantia de tranquilidade face às ameaças que o crescente descontentamento operário começava a desencadear.*" (GOMES, 1979, pp 34-35)

Nesse sentido, verifica-se que o discurso de um Estado preocupado com a situação da classe trabalhadora e que tenha concedido por benevolência leis que regulamentassem as atividades trabalhistas não passa de um mito, uma reprodução de discurso que ficou registrado na memória de grande parte das pessoas. Porém, a temática da ideologia do trabalhismo não é o objetivo principal deste trabalho, embora tenha ligação com o tema proposto.

Com o Estado sendo mobilizado a intervir no mercado de trabalho, via regulamentação das atividades produtivas, verificamos que a classe trabalhadora irrompia forte pressão sobre o governo e patrões, enquanto estes buscavam minar, restringir e sufocar as ações dos trabalhadores.

Neste momento de confronto verifica-se junto ao patronato uma atitude contrária ao liberalismo defendido por esta classe<sup>36</sup>, pois o patronato *"está bem mais próximo de conceber sua fábrica como uma grande casa e família, onde os problemas dependem de seu comando e orientação, sendo este seu dever em relação àqueles que lhe prestam obediência"* (GOMES, 1979, 44).

Este discurso do patronato nos possibilita algumas considerações: a burguesia urbana acreditava que era "iluminada", aqueles para qual toda a dinâmica social converge; de fato isto faz parte do seu projeto modernizador a partir do momento que elegem a Fábrica como centro da sociedade. Outra observação reside no fato do patronato brasileiro estar atento ao que já ocorreu em outros países e saber que estas reivindicações podem chegar ao Brasil. Igualmente os patrões estavam crenes de

---

<sup>36</sup> Sobre uma análise da adaptação do liberalismo no Brasil, indico a leitura de MUNAKATA, K. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1984, especialmente a parte intitulada "Rearranjos do liberalismo".

que os locais de trabalho eram extremamente benéficos aos trabalhadores, ou era a impressão que tentavam passar; logo não seriam licitas determinadas reivindicações dos trabalhadores. Mais um ponto, o patronato elegia-se o único capaz de emitir diretrizes e sanar problemas relacionados às questões do trabalho. E o que fica mais nitido é que o “ar” que os patrões desejam que seus funcionários “respirem” é a disciplinarização, onde nada pode ocorrer sem antes ter passado pelo crivo do patrão, pois tenta-se diminuir a distância entre local de trabalho e casa, bem como da influência dos ditames patronais para com a vida do trabalhador fora da Fábrica<sup>37</sup>. Além do mais, o discurso dos patrões tem por objetivo passar a imagem para as classes trabalhadoras de que estes não são capazes de autodeterminar-se, necessitando assim da *bondade* dos seus patrões.

Devido a intensa movimentação operária e os condicionantes externos (I Guerra Mundial, Tratado de Versailhes...) a “questão social” ganha relevo na preocupação da burguesia urbana durante a Primeira República, pois para o desenvolvimento desta enquanto classe e de seus negócios era mister regulamentar as condições de compra e venda da força de trabalho (Gomes, 1979, 45). Dessa forma, entendida a “questão social” como elemento essencial para o sucesso do capitalismo, o patronato movimentou-se no sentido de participar da elaboração de mecanismos que atenuassem e mascarassem a real situação dos trabalhadores, passando também a pressionar o Estado para que, em última instância, criasse leis que regulamentassem a atividade produtiva. Neste caso, a norma teria fortes influências patronais. Tal alcance do empresariado foi possível devido a congruência de interesses entre campo e cidade, principalmente no campo político, pois é através da base do regime liberal; ou seja, individualismo econômico, mercado de trabalho livre e não intervenção estatal que foi possível fortalecer a aliança entre grandes proprietários rurais e a burguesia urbana, pois “*a compatibilidade entre industriais e agricultores não pode ser pensada somente a nível econômico, mas deve ser estendida ao campo da política*” (GOMES, 1979, 49)

---

<sup>37</sup> Além do discurso ideológico, uma estratégia que contribui no sentido não só de disciplinarizar o trabalhador dentro da Fábrica como também alcançou a sociedade foi o Taylorismo. Neste sentido, indico o trabalho de RAGO, Luzia M. & Moreira, Eduardo F. P. *O que é Taylorismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Devido a I Guerra Mundial (1914-1919), a repercussão da Revolução Russa (1917) e o medo que estes acontecimentos provocaram no empresariado e nos setores conservadores da sociedade, tais fatos desencadearam a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), associada à Liga das Nações, através do Tratado de Versalhes (1919), como forma de assessorar e pressionar politicamente os governos para que as mobilizações populares não eclodissem em fatos como o da Rússia. Logo, a OIT era um órgão que buscava desenvolver a *vontade política de conceder alguma melhora no quadro de miséria em que estavam inseridos os trabalhadores*, fazendo com que as condições de vida dos trabalhadores tivessem alguma melhora, arrefecendo os ânimos revolucionários dos operários.

*“Em nosso país, seria a partir da segunda década do século XX, mais especificamente nos anos de 1917/19, que um conjunto articulado de idéias sobre as causas da questão social e a necessidade de providências para sanar e ou evitar seu desenvolvimento começa a ser esboçado de forma clara. A partir daí, o assunto não mais deixaria de ser lembrado ou discutido, apesar de seu debate poder ser ‘esquecido’ ou afastado em certos momentos, ressurgindo em outros com nova força e característica.”* (GOMES, 1979, 56)

Conforme defende José Albertino Rodrigues, o marco inicial para a regulamentação da atividade sindical no Brasil, surge com o Decreto Legislativo nº 1.637, de 05/01/1907, que “Cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas”, sendo que os sindicatos teriam como objetivo “o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais de seus membros”, sendo que previa também a constituição livre, sem influência estatal, prevê que ninguém será obrigado a aderir ao sindicato, além de determinar que a direção dos sindicatos fique restrita a “brasileiros natos ou naturalizados, com residência no país, de mais de cinco anos, e no gozo de *todos* os direitos civis” (Rodrigues, 1968, pp 50-2). Logo se esta lei facultava a criação de sindicatos, já em seu texto ela restringia o alcance dos sindicatos, pois os interesses previstos em lei eram os profissionais, circunscritas às dependências das Fábricas. Outro ponto é que a direção dos sindicatos estava livre dos “estrangeiros arruaceiros” (trabalhadores imigrantes politizados), pois havia a obrigação de cumprir a lei e a necessidade de no momento de formalizar a criação do sindicato comprovar a nacionalidade dos membros de sua diretoria. Também estabelece que a filiação sindical obedecerá a vontade de cada trabalhador, além do fato de registrar em cartório o sindicato, por si só já colocava a disposição do poder público de controlar a composição do sindicato. Contudo, tendo os trabalhadores se organizado torno de sindicatos, foi possível

pressionar por melhores condições de trabalho e aumento salarial, extrapolando assim as fronteiras legais previstas em lei. A atuação de sindicatos independentes determinou em grande parte os êxitos do movimento operário e deixou claro que esta autonomia seria muito incômoda para o patronato. Aliado a isto, verificamos na mesma obra que (RODRIGUES, 1968), o deputado Joaquim Ignácio Tosta, que foi o porta voz deste projeto, deixava claro os fins “conciliadores e apaziguadores” desta empreitada, pois:

*“É tempo de cuidar o Congresso Nacional da organização profissional no país, enquanto o mar está calmo e as lufadas do velho mundo, não vem levantar escarcéus de ódio e antagonismo, que por felicidade de nossa pátria, não existem entre nós, nem encontraram ainda, por muito tempo, alimento no seio da classe laboriosa e honrada do operariado brasileiro”* (RODRIGUES, 1968, 51)

Diante de um contexto social adverso, pois com o agravamento das condições de existência das classes mais populares, leia-se trabalhadores, devido a carestia de produtos básicos de subsistência e da inflação que agravava ainda mais a situação, durante toda a segunda metade dos anos dez do século XX, o movimento operário mostrou-se atuante. Além deste, o patronato sofria outro ataque, tendo que responder em duas frentes, uma no que diz respeito a legislação social e a outra sobre a legislação alfandegária. Não é o objetivo deste trabalho, mas a questão alfandegária era vital para as atividades industriais, pois além de proteger o mercado de produtos importados era de fundamental importância em um momento em que o movimento operário reivindicava principalmente aumento de salários, tendo o empresariado alcançado sucesso na luta alfandegária, pois o Estado se beneficiava das tarifas aduaneiras, em decorrência do fato de melhorar a balança comercial (Gomes, 1979, pp 55-63). Em virtude deste fator, o empresariado percebeu que sem a mobilização desta classe ficaria insustentável manter as bases a que estavam alicerçadas as atividades industriais no Brasil.<sup>38</sup>

A respeito da conscientização do patronato frente às demandas sociais, salta aos olhos o posicionamento de alguns dos deputados paulistas, dentre eles o deputado Carlos de Campos, industrial e que se tornaria Presidente do Estado de São Paulo, pois *“o principal aspecto a ressaltar em sua participação é justamente o fato de reconhecerem a intervenção do Estado e, sobretudo, a elaboração de leis sociais*

---

<sup>38</sup> As bases da atividade capitalista no Brasil estavam calcadas na exploração desmedida dos trabalhadores e o benefício de tarifas protecionistas, exigindo assim uma postura empresarial que abarcasse as questões de caráter trabalhista, ordem e disciplina no trabalho.

*como um instrumento útil para o enfrentamento da agitação operária.”*(GOMES, 1979, 81). Fica claro que a postura adotada não visa o bem comum, mais sim defendiam os interesses classistas e visavam desmobilizar o movimento operário.

*“Portanto, em lugar de assumirem (deputados paulistas) uma posição radicalmente contrária e intransigente em relação às leis sociais, a bancada paulista primará pela aceitação de alguns pressupostos básicos, discutindo, na verdade, problemas de limites e rapidez na implantação das leis.”*(GOMES, 1979, 81)

A influência do pensamento e da prática industrial brasileira sobre a política voltada à questão do trabalho pode ser verificada em torno do Senador paulista Adolpho Gordo<sup>39</sup>. Este político era acionista de uma importante Fábrica de tecidos, sendo que sua atuação política gravitava ao redor das demandas patronais, haja visto que foi defensor de uma lei de acidentes de trabalho em 1915 e, posteriormente, em 1919, com fito de livrar os trabalhadores brasileiros da “influência perniciosa” de estrangeiros, Adolpho Gordo foi baluarte de uma lei que reprimia os anarquistas (Gomes, 1979, 83). É notório a finalidade deste tipo de político ligado aos industriais que é defender os interesses de sua classe, mesmo que em alguns momentos as atitudes pareçam coincidir com o interesse dos obreiros, isto não passa de impressão e embuste para acalmar os ânimos proletários. Mesmo os políticos que intitulam-se “trabalhistas” defendem uma adequação ou ajustamento sócio-econômico, como a concessão de melhores salários e condições de vida, pois desta forma os trabalhadores não teriam razões para exceder-se.

Boris Fausto também faz alusão à influência que os setores industriais exercem sobre determinados segmentos sociais, entre eles alguns políticos, pois:

*“As ligações entre o PRP – sem dúvida, fundamentalmente, o representante do interesse dos cafeeiros – e os setores industriais não constituem um acordo ocasional, mas uma íntima e permanente aliança. (...) afora as figuras partidárias desvinculadas da indústria, que se dispunham a levar adiante suas reivindicações, tinham os industriais porta-vozes específicos no Partido, como é o caso do Senador Lacerda Franco, proprietário de uma fábrica têxtil em*

<sup>39</sup> A respeito do Senador pelo Estado de São Paulo, Adolpho Gordo, friso a participação deste homem público para enaltecer o alcance e influência da burguesia industrial no que diz respeito aos destinos do país, mesmo que durante a Primeira República o cenário político estivesse dominado por influências oriundas dos setores agrícolas. Adolpho Gordo já em 1907 foi autor de lei que tratava da expulsão de estrangeiros do Brasil, principalmente anarquistas, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.641, esta norma ficou conhecida como “Lei Adolpho Gordo”. Para um melhor entendimento sobre o discurso ideológico construído contra a imagem e práticas dos anarquistas, bem como sobre leis que propunham-se a definir o movimento libertário consultar o artigo de LOPREATO, Christina Roquette. O espírito das leis no Brasil: anarquismo e repressão política no Brasil. In: VERVE, *Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC – USP*. Nº 3 (abril de 2003), SP, pp 75-91.

*Júndiai, comerciante em Santos, diretor do Banco União em São Paulo, fundador da Companhia Telefônica de São Paulo e presidente da Companhia Paulista.” (FAUSTO, 1982, 35)*

Nos anos 20, o contexto social é diferente daquele visto na década anterior. O movimento operário estava “controlado” pela repressão policial, pela lei de expulsão de estrangeiros e pelo discurso de que as agitações proletárias são trazidas por imigrantes e não encontram espaço entre os trabalhadores brasileiros. Em termos econômicos, há uma desaceleração no crescimento industrial. É neste quadro social que a Câmara dos Deputados irá apreciar leis voltadas ao direito social, ocorrendo em um cenário de forte pressão da classe patronal e reduzida mobilização operária.<sup>40</sup>

Em relação às discussões sobre as leis de regulamentação da atividade produtiva no Brasil, haviam dois eixos que teriam que ser alinhados, sendo:

*“De um lado, a preocupação de evitar choques violentos entre os interesses do capital e trabalho, promovendo a implantação de reformas cautelosas e graduais, que tivessem o patrocínio da própria elite política do país. De outro lado, a intenção de proteger o proletariado não só das difíceis condições de vida que enfrentavam, como dos aproveitadores desta situação.” (GOMES, 1979, 95)*

Os argumentos e principalmente as leis visavam abarcar duas situações: não permitir prejuízos aos empresários e isolar os trabalhadores de influências anarquistas e socialistas, se bem que mesmo que a exemplo da Lei das Caixas de Aposentadorias e Pensões (Lei nº 4.682, de 24/01/23) em que o empregador tem que depositar uma certa quantia para cobrir o estabelecido por esta lei, voltava para o patrão indiretamente como lucro, pois era um ponto de reivindicação a menos para os trabalhadores.

É importante ressaltar a criação do Conselho Nacional do Trabalho (Decreto nº 16.027, de 30/04/23), órgão de assessoria ao governo em assuntos trabalhistas, onde “*patrões e operários teriam representação, sendo composto por 12 membros escolhidos pelo Presidente da República, dos quais 8 representantes do governo, 2 patrões e 2 operários*”(GOMES, 1979, 97). Em 1928, este conselho foi rearticulado, passando a “*julgar processos relativos a questões de trabalho*”. Questiono-me sobre os membros que compõe o CNT, particularmente os membros representantes do governo, a que ideais e interesses estavam ligadas estas pessoas, que, diga-se de passagem, era o dobro de pessoas das demais entidades representadas. Logo,

---

<sup>40</sup> A mobilização operária nos anos 20 decresce devido principalmente a forte repressão que sofre a ao Estado de Sítio declarado pelo Presidente da República, Arthur Bernardes.

independente para que lado pendesse suas decisões, as escolhas dos representantes do governo decidiriam uma situação. Como assevera Gomes,

*“Os Conselhos são formalmente abertos à participação das classes interessadas. o que logicamente vinha beneficiar em muito os interesses dos empresários com disponibilidade efetiva de tempo e condições práticas de aí atuarem. Ganhava-se um canal legal de participação, que se demonstraria eficaz e compatível com a organização associativa dos industriais e comerciantes. Este fato redimensionará a atuação empresarial no restante da década, pois lhe permitirá uma intervenção constante e oportuna em todas as iniciativas que serão tomadas, inclusive naquelas relacionadas à legislação social.”* (GOMES, 1979, 97)

Outra dificuldade imposta aos trabalhadores é a mudança do enfoque dos problemas que martirizam a classe operária, deslocando estes óbices da esfera fabril/produzida, para o campo sanitário e moral (Gomes, 1979, 102). Este discurso de que a problemática da questão do trabalho não está inserida na esfera sócio-econômica serve aos interesses da burguesia industrial na medida em que ludibria o trabalhador menos politizado, fazendo com que acredite que seu nível de qualidade de vida baixo e sua difícil realidade profissional, não possuem relação direta, aceitando e submetendo-se a exploração patronal como algo natural, não percebendo com clareza que a condição de vida precária por qual passa o trabalhador não possui conexão com o mísero salário que recebe. Este é o desvirtuamento que o discurso patronal quer causar.

Para levar até o Estado os interesses do patronato, esta classe serviu-se de suas associações para pressionar o Governo, tendo as “associações de classe” papel fundamental para a atividade política do patronato. Decorrente de demandas específicas a sua existência, como por exemplo, as pressões do movimento operário e os ataques dos antiindustrialistas, a burguesia industrial buscou organizar-se para conseguir, com maior sucesso, influenciar os atores sociais com os quais se relacionava. O êxito alcançado devido a esta forma de agir é inegável, pois via associações de classe tiveram *“condições de interferir, naturalmente dentro de certos limites, no curso do processo decisório de algumas questões essenciais – entre elas a questão social – com grande eficácia e sucesso”* (GOMES, 1979, 117). Mesmo não sendo o principal sustentáculo da economia brasileira e o surto de industrialização só tenha ocorrido nos anos 40, durante a Primeira República uma fração de classe já se movimentava em torno de objetivos dos

industriais e comerciantes, visando um canal estruturado e legítimo para dar vazão a seus interesses.<sup>41</sup>

Através das associações de classe fica clara a organização do patronato, e como suas divergências eram superadas quando era necessário combater uma iniciativa proletária, como por exemplo, em 1926, o Conselho Nacional do Trabalho, convida uma delegação da burguesia industrial e comercial para participar da Comissão que iria preparar o Regulamento da Lei de Férias, sendo que a Associação Comercial do Rio de Janeiro recebeu apoio de inúmeras outras associações espalhadas pelo território nacional e representou-lhes oficialmente na capital federal, pois *“a atuação de uma entidade de classe era reforçada e ampliada pelo apoio de outras que lhe eram associadas ou que lhe vinham prestar solidariedade.”*(GOMES, 1979, 120)

Outro exemplo importante nesta época ocorreu em 1923, quando da discussão do Projeto 265 do Código do Trabalho, onde o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem (CIFTA), teve grande participação e influência na discussão deste projeto, articulando-se com o Centro de Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo. Nos anos 20 é visível a cooperação entre estes dois centros, até por que a indústria de tecidos é a que reúne maior número de empregados, ficando assim mais propensas a reivindicações. Juntamente com o CIB organizam e põem em prática iniciativas que resguardam seus interesses frente a legislação social e demandas trabalhistas.

*“Este conjunto de observações, que não chega nem de perto a construir um esboço das entidades de classe patronais enquanto organizações, já revela como, apesar das bases regionais destas associações, desenvolvem-se entre elas uma comunicação e solidariedade que ultrapassam em muito esta dimensão organizacional específica. Este fato pode ser comprovado, com maior segurança, pela própria dinâmica da atuação destas associações no enfrentamento de problemas que atingiam de forma global seus interesses, como é o exemplo da questão social.”*(GOMES, 1979, pp 122-3)

A participação das associações de classe como representantes dos interesses de classe é muito revelador. Inicialmente pela própria estrutura das associações que permitem que industriais, um universo restrito diga-se de passagem, fiquem por muito tempo em sua diretoria, o que com o passar do tempo, em tese, os qualifica ainda mais devido a experiência adquirida. Geralmente os setores filiados a uma associação de

---

<sup>41</sup> Na Primeira República, o setor agroexportador era o mais importante na economia brasileira. No que se refere a industrialização, há uma farta bibliografia que atesta que o Brasil tornou-se industrializado após os anos 40. E sobre as associações de classe, já em 1894 em São Paulo, já havia a Associação Comercial, e no Rio de Janeiro em 1904, foi fundado o Centro Industrial do Brasil (CIB), este como fito de defender os interesses da indústria no Brasil.

classe possuíam representantes nestas associações. Observa-se elementos de uma associação em outra, estreitando os laços de participação. Havia espaço também para as relações formais (troca de documentos, envio e recepção de delegações, atualização das listas negras...). como para as pessoais, não sendo raro que o presidente de uma associação, ao término de seu mandato, fosse presidir outra entidade de classe. No que se refere a substituição nos cargos, estes eram ocupados por integrantes da própria associação, não ocorrendo assim uma descontinuidade de ações. Já para integrar estas associações o "pretendente" deveria não só ter uma representatividade econômica, como também ter capacidade intelectual e vivência comprovada de atuação na defesa dos interesses de classe, principalmente nas questões relativas ao trabalho.<sup>42</sup>

*"Este fato é revelador não só da importância destas organizações como instrumentos de defesa dos interesses desta fração de classe, como também da formação de uma elite acostumada ao exercício da prática desta representação. A consciência da necessidade de coesão para uma eficaz atuação junto ao Estado e face ao movimento operário, associa-se um verdadeiro processo de treinamento de uma liderança empresarial."* (GOMES, 1979, 124)

A organização do patronato ganha força e importância, principalmente quando da ocorrência de greves, sendo que as demandas gerais eram por melhoria salarial e de condições de trabalho e vida. Inegavelmente os últimos anos da década de 1910 foi o período de mais intensidade do movimento operário. Contudo, também foi nesse período que o patronato exercitou enormemente sua organização e poder de reação, servindo como referência à futuras atuações. O intercâmbio entre os patrões do Rio de Janeiro e São Paulo, para enfrentar problemas comuns, era comum também entre os proletários (Gomes, 1979, pp 126-9). Ou seja, sempre que a situação assim exigia, era prática comum entre o patronato recorrer a seus iguais de outras regiões ou categorias para poderem fazer frente às reivindicações operárias, visando impedir que uma vitória alcançada por determinados trabalhadores não abrisse um precedente para os demais. De igual maneira, procediam os operários.

As medidas de auxílio e proteção não ocorriam ao acaso. Para o enfrentamento de problemas eram nomeadas comissões que faziam uma análise da situação, criavam uma estratégia para enfrentar as demandas operárias e a tomada de medidas. Os métodos utilizados pelas comissões se baseavam em contatos com o Chefe de Polícia,

---

<sup>42</sup> Para aprofundar na estrutura de algumas associações de classe patronal sugiro o capítulo IV, de GOMES, Angela M. *Burguesia e trabalho. Política e Legislação Social no Brasil – 1917 a 1937*. Rio de Janeiro. Campus. 1979.

com os grevistas e a adoção de medidas que tinham como objetivo senão eliminar a paralisação, pelo menos definir a greve (Gomes, 1979, pp 129-130). Tentei explicitar que a atitude dos patrões frente às greves não consistia apenas no acionamento da repressão pura e simples; as ações do patronato também eram executadas em outras esferas como a da negociação, protelação, chegando ao ponto extremo, do fechamento das Fábricas (lockouts) pressionando assim os trabalhadores a aceitarem seus termos.

A aproximação com o Poder Público também foi utilizada largamente chegando ao ponto de que o Chefe de Polícia ser escolhido para intermediar as negociações. A imprensa também foi utilizada tanto para espalhar a posição patronal, como para influenciar o restante da população urbana, para que não aderisse às causas trabalhistas (Gomes, 1979, pp 133-135). Enfim, as práticas patronais frente as greves, em diversas vezes, consistia em um *ataque* em diversas frentes, assim:

*“No período que vai de 1917 a 1920, ao mesmo tempo que o patronato realiza acordos com trabalhadores grevistas, nos quais uma série de concessões é realizada, age junto ao Congresso procurando interferir no curso e no conteúdo dos projetos então discutidos, atuando como um grupo de pressão em contrapartida ao movimento operário e postulando posições distintas da que assumia nos acordos.”*(GOMES, 1979, 143)

Além das questões de aumento de salário e melhoria nas condições de vida, patrões e empregados lutavam em torno da “liberdade de trabalho”, sendo que o movimento operário queria que todas as contratações fossem feitas via sindicato, para é claro, inserir nas Fábricas pessoas imbuídas com os ideais proletários. No entanto, os patrões defendiam que a “liberdade de trabalho” começava pela liberdade de poder selecionar qualquer trabalhador, estando este filiado ou não, e após a sua contratação, este trabalhador poderia decidir autonomamente pela sua sindicalização ou não (Gomes, 1976, 146). Eis aqui o ponto crucial desta queda de braço, em uma situação que geralmente girava em torno da miséria, o trabalhador não sindicalizado ficava mais exposto a imposição tanto salarial como das condições de trabalho por parte do patrão, ocasionando assim uma continuidade do controle do processo de produção por parte do empregador.

Sobre este mesmo fato, liberdade de trabalho, Kazumi Munakata, chama a atenção para os “delegados sindicais” e sua atuação no interior das Fábricas, sendo considerados pelos patrões *“como uma diminuição da autoridade patronal dentro do seu próprio estabelecimento.”*(MUNAKATA, 1984, 26)

Com a evolução das disputas entre patronato e proletariado, aos poucos foi ocorrendo a *“aceitação da regulamentação do trabalho por partes do patronato implicava, assim, no estabelecimento de relações específicas, tanto com os trabalhadores, quanto com o Estado.”* (GOMES, 1979, 155) Esta gradual sedimentação da legislação que iria regulamentar o ato produtivo, passou a ser percebida pelo patronato não como uma perda de poder, mas sim como uma forma de controle operário e um meio de projetar seus interesses sobre o Estado, interferindo e influenciando o processo de constituição da legislação trabalhista.

No período que se estende do ano de 1917 a 1930, havia um fenômeno mundial, que era a tendência dos países adotarem normas que regulamentassem a questão do trabalho, para que houvesse a “promoção da paz social” e, principalmente, uma desmobilização do caráter revolucionário das classes trabalhadoras. No Brasil não foi diferente, contudo aqui a burguesia industrial não podia declarar abertamente que era contra a toda e qualquer regulamentação da atividade produtiva, via entidades de classe, principalmente, e buscou moldar a regulamentação da questão do trabalho aos seus interesses, limitar a ação estatal e assegurar vantagens para o patronato, por estarem trabalhando para o *hem comum*. Um exemplo claro disto é que a burguesia industrial buscou no protecionismo alfandegário recuperar as perdas que a gradual implantação de normas em torno da questão operária lhe causaram. Vale ressaltar que sem as barreiras alfandegárias o parque industrial brasileiro não conseguiria se expandir, quiçá sobreviver a concorrência internacional.

*“Ao mesmo tempo em que procurava firmar qual deveria ser o principal objetivo da regulamentação do trabalho – a garantia da paz social – traçando a partir daí seus limites, desenvolvia uma ação em prol dos proletários da defesa de seus interesses, pedindo garantias de crédito, tarifas protecionistas, menos impostos etc.”* (GOMES, 1979, 161)

As formas utilizadas pelo patronato para que sua voz fosse ouvida pelo poder público é variada<sup>43</sup>, podendo ser formal ou informal, direta ou indireta, independente da maneira com que participa, o patronato sempre manifestou-se a respeito da questão do

---

<sup>43</sup> Ângela de Castro Gomes discorre mais especificamente sobre as formas de contato, elencando os seguintes: Informais, são os contatos feitos individualmente ou em pequenos grupos a políticos ligados ao trabalho sobre a questão social, solicitando apoio, proteção ou mesmo alteração nos projetos de lei. Os contatos formais, porém não institucionalizados são constituídos pelo envio de memoriais, ofícios, estudos... que eram entregues pessoalmente às autoridades nos seus diversos níveis, tais documentos continham o pensamento industrial cuidadosamente embasado em levantamentos, dados estatísticos... Convites para políticos e autoridades para participarem de reuniões nas associações de classe e visitas a Fábricas, entre outros. GOMES, Angela M. *Burguesia e trabalho. Política e Legislação Social no Brasil – 1917 a 1937*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

trabalho, posso citar o envio de relatórios aos órgãos governamentais ligados à esfera da atividade produtiva, participação na elaboração de projetos e leis, colaboração junto ao CNT, entre outros, pois:

*“Trata-se de uma atuação que se inicia quando indicações parlamentares são realizadas na Câmara, antes portanto que qualquer anteprojeto ou substitutivo tivesse uma definição mais apurada, para encerrar-se, às vezes, com pedidos de reforma de leis já votadas e regulamentadas. Desta forma, as interferências se dão em diferentes momentos do processo decisório.” (GOMES, 1979, 165)*

Porém, o ponto de pressão mais importante foi a escolha de membros do patronato para participarem das comissões que iriam estudar ou regulamentar as leis sociais que seriam votadas (Gomes, 1979, 167). Este fato é quase tudo que os patrões desejavam, ter representantes em órgãos que podiam deliberar, alterar, protelar, vetar, restringir... tudo aquilo que fosse contrário aos interesses do patronato. Este espaço para a burguesia industrial é crucial, tem uma importância tática enorme, pois além de participar do processo regulatório, ao mesmo tempo ganha espaço dentro do governo.<sup>44</sup>

A participação direta do patronato dentro do governo obteve êxito, podendo-se citar as alterações no Projeto de Lei nº 284, no qual foi derrubado o artigo que previa a regulamentação de um salário mínimo para cada gênero de indústria, ou seja, para cada atividade industrial haveria um salário, por exemplo, os trabalhadores têxteis receberiam um salário estabelecido em lei diferente dos trabalhadores do ramo siderúrgico; estabeleceu-se que a mulher trabalharia o mesmo número de horas que o homem, a maioria trabalhista caiu de 16 para 15 anos, entre outros (Gomes, 1979, 172). Nem todos os pontos vitais foram alcançados pelo patronato, contudo é inegável que seus interesses foram, pelo menos em boa parte, alcançados e/ou preservados e o que é mais importante, o patronato ganhava tempo, pois muitas vezes nos pontos em que não se chegava a um acordo, estes teriam que ser novamente analisados, debatidos e posteriormente votados. Para os trabalhadores que padeciam de uma sofrível condição de vida, o tempo também era algo que eles não tinham.

Não posso deixar de registrar o conteúdo do discurso patronal ante as tentativas de regulamentação da atividade produtiva, a retórica dos patrões era composta de argumentos econômicos, como por exemplo, o caráter oneroso para a produção de uma jornada de trabalho de oito horas e seus reflexos no preço final do produto. Os

---

<sup>44</sup> A autora traz exemplos desta representação formal e institucionalizada em GOMES, Angela M. *Burguesia e trabalho. Política e Legislação Social no Brasil – 1917 a 1937*. Rio de Janeiro. Campus, 1979, p. 167.

argumentos tinham cunho moralista, a exemplo, o que faria um trabalhador nos seus dias de férias, estando exposto constantemente à preguiça, ao jogo e aos mais diversos tipos de vícios. A sociedade não iria querer uma massa de trabalhadores sem ter o que fazer, gastando seu dinheiro com coisas supérfluas e colocando em risco a segurança de sua família.(Gomes, 1979, 177)

De acordo com Ângela de Castro Gomes, partiu do empresariado o discurso de que a legislação sobre o trabalho teria um caráter antecipatório, pois os empresários criticavam o que era proposto nas leis, argumentando que a realidade brasileira ainda não havia chegado a este nível, e que assim não necessitava de determinados pontos da legislação social.

*“É, portanto, o próprio empresariado quem fornece as bases de uma ideologia que consagra o caráter antecipatório da legislação e a sua dimensão de uma doação do Estado. O operariado passa a ser progressivamente eliminado do discurso como o elemento passivo a quem elas se destinam prazerosamente. Daí as constantes afirmações de que as únicas reivindicações do trabalhador brasileiro eram por melhores condições de trabalho vivido em fins dos anos dez e também nos anos vinte.”(GOMES, 1979, 190)*

Ao estudar a fundo a realidade em que estava inserido o patronato, rotulava os políticos como homens de boa vontade, mas ainda não eram capazes de compreender as relações trabalhistas, simplesmente porque não a conheciam de perto. Mas, afirmavam conhecer a realidade da produção como nenhum outro ator social, assim como conheciam melhor o proletariado do que os próprios trabalhadores.

*“Portanto, trata-se de um trabalho conjunto em que se constrói, ao mesmo tempo, a representação que o patronato faz de si mesmo e a representação que faz de seu par oposto e complementar. O traço de união entre os dois termos será dado exatamente pelo paternalismo que orienta e domina todo o discurso.”(GOMES, 1979, 191)*

Os patrões por se julgarem profundos conhecedores da realidade operária utilizam-se de um discurso humanitário, como por exemplo a defesa do trabalho para o menor; pois este iria ajudar a sua família e ficaria longe da vagabundagem das ruas, formando assim um cidadão melhor; da mesma forma ocorria com o trabalho da mulher (Gomes, 1979, 192). Por trás deste discurso humanista, esconde-se uma argumentação vil, embora bem articulado, serviu para seus interesses, pois deslocava o eixo das discussões para a esfera da moral e bons costumes. Passava a impressão de serem homens preocupados com a pessoa de seus empregados, buscavam também angariar a simpatia e apoio de setores urbanos, entre outros.

Enfim, através da prática e do discurso, verifica-se no projeto modernizador que tinha a Fábrica como centro e polo irradiador da ideologia patronal, que a forma de conceber a realidade para a burguesia era bastante peculiar, aliado a um esforço de imposição de seus valores junto à sociedade.

Foram muitas batalhas travadas entre o patronato e o proletariado, marcadas por avanços e recuos, vitórias e derrotas, estratégias variadas, uso da violência... seria irresponsabilidade dizer que o movimento operário teve importância secundária durante a Primeira República no que tange as questões do trabalho. Contudo, a mobilização do patronato foi intensa também no período e vale a pena ser analisada, pois sem valorizar adequadamente a dimensão, do movimento operário, não é possível entender a outra parte, a atuação da burguesia industrial.

Para conquistar seu espaço em uma sociedade em que o poderio econômico e controle político do setor agroexportador estava consolidado, a burguesia industrial teve que atuar em muitas frentes, sendo uma delas influenciar decisivamente o movimento operário, para que as disputas entre capital e trabalho fossem travadas em condições para que o controle do processo de produção continuasse nas mãos dos patrões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de concluir esta monografia chamo a atenção novamente para o fato de que a industrialização no Brasil não só colocou na paisagem urbana locais de transformação de matérias-primas em produtos para serem vendidos no mercado, ou seja, as indústrias, mas juntamente com estas foi inserida na sociedade uma série de fatores que possibilitariam a consolidação da industrialização como sua expansão.

Foi neste segundo ponto da industrialização que procurei centrar o trabalho desenvolvido, ressaltando que as transformações sociais, como por exemplo, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado, a mudança na noção de trabalho passando este a ser positivado, a formação de um mercado interno de mão-de-obra, entre outros, foram tão fundamentais quanto a construção de indústrias no Brasil durante os anos de 1889 a 1930.

Nessas transformações sociais, considero a mais importante, o surgimento de duas classes sociais antagônicas e complementares, que são os proletários e patrões, e as disputas devido aos interesses que defendem e objetivos que cada uma dessas classes possui.

É nesta disputa que procurei elencar parte da mobilização da classe patronal para que definhasse o movimento operário no Brasil, e assim, pudesse influenciar no desenvolvimento da classe trabalhadora em nosso país.

O momento mais latente de disputa entre patrão e trabalhador está no controle do processo de produção, que começou a sair das mãos dos trabalhadores quando estes deixaram de ser os proprietários dos meios de produção, de ditar o ritmo da produção e de dominar a técnica da produção. Esta transferência de controle é uma constante nas relações trabalhistas da sociedade capitalista, pois os trabalhadores sempre tentam retomar a autonomia, ou pelo menos parte dela, no processo de produção.

Nesse sentido, os patrões necessitam adaptar suas táticas de dominação conforme a postura dos trabalhadores. Em um primeiro momento, a coerção física foi o suficiente, mas com o movimentação do bonde da História esta prática tornou-se insuficiente e, no caso do Brasil republicano, outras medidas foram necessárias, até por que, um espectro rondava a Europa, a Revolução Russa de 1917, que derrubou o

czarismo, acabou com a propriedade privada, socializou as terras... enfim, tudo aquilo que mais causa temor nos setores dominantes em todo o mundo.

Para evitar que as massas no Brasil fossem inspiradas por tais ideais, para que o capital continuasse a se expandir e, conseqüentemente, os setores dominantes não sofressem nenhuma perda, foram tomadas medidas para conter as demandas populares. Parte dessas medidas foram aquelas tomadas pela burguesia industrial face às questões que envolviam o trabalho no Brasil. Para isto, foram utilizados os mais diversos expedientes, como por exemplo, simplesmente ignorar as reivindicações dos trabalhadores chegando ao absurdo de conter o movimento operário à custa de uma ostensiva violência.

Contudo, não só de extremos foi tratada a questão do trabalho no Brasil durante a Primeira República. A mobilização do patronato no campo político foi grande, na maioria das vezes em resposta às pressões operárias, objetivando enfraquecer as demandas trabalhistas.

Um ponto muito atacado foi o controle que os comunistas e anarquistas tinham nos sindicatos, tornando estas associações de classe cada vez mais fortes e combativas. Nesse contexto, tratar estas questões somente com violência acirraria mais os ânimos operários, empurrando cada vez mais os operários para junto das propostas esquerdistas. Devido a este fato, o patronato percebeu a necessidade de outra solução para a questão social, sendo que começaram a utilizar outras táticas de disputa, como ceder em alguns pontos para assegurar a permanência no poder dos setores já dominantes.

A criação do Ministério do Trabalho, em novembro de 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder explica-se pela necessidade de controlar a movimentação operária, manifestada principalmente pelo movimento sindical. Para solapar os sindicatos a nova legislação alinhou os sindicatos ao aparelho do Estado. Os sindicatos, passaram a ser semelhantes a repartições públicas. Somente funcionariam os sindicatos autorizados pelo Ministério do Trabalho, de acordo com o enquadramento previsto nos termos do Decreto 19.770 de março de 1931.

Os sindicatos autônomos denunciaram de imediato a manobra do governo. Em relação aos sindicatos controlados pelo governo, o movimento trabalhista independente iniciou campanhas anti-sindicatos atrelados ao governo, entrando em ação neste momento as leis trabalhistas.

Por exemplo, em 1931, a concessão de férias é suspensa até sua nova regulamentação por uma comissão mista. Em 1934, as férias anuais voltam a ser concedidas. Contudo, somente para os trabalhadores que fossem filiados aos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Ou seja, leis trabalhistas, benefícios, direitos, somente para quem estivesse atrelado ao governo. Eis uma manobra que impõe sérias dificuldades ao movimento operário e trabalhadores independentes.

Neste momento, os trabalhadores tinham que optar entre dois caminhos. Um deles era aliar-se ao movimento sindical independente e resistir às tentativas de controle por parte do patronato e do governo. O outro, consistia em filiar-se a sindicatos atrelados e assim usufruir dos benefícios já existentes como as férias. A tendência a curvar-se ante as manobras do patronato fica cada vez maior, à medida que chegam trabalhadores do campo e do nordeste, deslumbrados com a possibilidade trabalhar com alguma dignidade.

Com o passar do tempo, a situação para o movimento operário tenderia a agravar-se, primeiro pelo duro golpe desferido contra os trabalhadores devido ao Estado de Sítio, durante o primeiro governo de Vargas, depois pelo Golpe Militar de 1964 e finalizando com os governos neoliberais de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, ocasionando o desemprego em massa, desregulamentação, abertura para o capital estrangeiro solapar com as indústrias nacionais, desmanche das estatais e dos serviços públicos. Tudo contribuindo para colocar o movimento sindical em uma situação complexa. Vale ressaltar que sempre o movimento operário atuou nos bastidores, com muitas dificuldades é claro, por causa da repressão desferida pelo governo dos patrões, mas não deixou de lutar, mesmo que sua luta em alguns momentos possa ter sido ínfima.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. SP, Brasiliense, 1980.
- BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP. O processo de trabalho capitalista. In: *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991.
- DE DECCA, Edgard. Ciência da produção: fábrica despolitizada. In: *Revista Brasileira de História*, nº 6, 1984.
- \_\_\_\_\_. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção tudo é História, 9ª Edição, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e Sociedade*. (mimeo)
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. SP: Edusp, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: DIFEL, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A revolução de 1930. História e Historiografia*. SP. Brasiliense, 1982.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. Brasiliense, 1986, SP
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- HALL, Michael. Trabalhadores imigrantes. In: *Revista Trabalhadores*. Publicação mensal do fundo de Assistência à Cultura. Campinas nº 3
- KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro, 1857 a 1967*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LOPREATO, Christina Roquette. O espírito das leis no Brasil: anarquismo e repressão política no Brasil. In: VERVE, *Revista Semestral do NU-SOL* – Núcleo de

Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC – USP. Nº 3 (abril de 2003), SP, pp 75-91.

LUCA, Tânia Regina de. *Indústria e trabalho na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os padrões?). In: *Crítica da divisão do trabalho: textos de Karl Marx et al.* São Paulo: Martins Fontes. 1980.

MAZZEO, A. C. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. Ática. SP, 1988

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PINSKY, Jaime. A formação do Estado Nacional no Brasil: origens do problema, In: *Estado e burguesia nacional na América Latina*. SP: Ed da Unicamp, 1981

RAGO, Luzia M. & Moreira, Eduardo F. P. *O que é Taylorismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e sociedade civilizada*. São Paulo: HUCITEC/INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. IN: NOVAIS, Fernando (org.) *História da vida privada no Brasil*. SP: Cia das Letras, 1993. v. 3

TAYLOR, F. W. *Princípios da administração científica*. SP: Atlas, 3ª Ed, 1976.

THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo. In: *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

\_\_\_\_\_. La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: Lucha de Clases sin Clases, In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Ed Critia, 1984.